

EDITAL DE LICITAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE ARARANGUÁ
PREGÃO ELETRÔNICO N. 67/2024 PARA REGISTRO DE PREÇOS
(Processo Administrativo nº 99/2024)

Torna-se público que a **Secretaria Municipal de Educação** por meio da **Secretaria de Administração**, sediada à Rua Dr. Virgulino de Queiroz, 200 – Centro – Araranguá/SC, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei Federal n. 14.133/2021, Lei Complementar nº 310/2021, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014 Decreto nº 11572 de 30 de janeiro de 2024 - Regulamento de Licitações e Contratos Administrativos do Município de Araranguá/SC.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 08h00 do dia 22 de maio de 2024 até às 13h15min do dia 06 de junho de 2024.

Início da Sessão de Disputa de Preços: 13h30min do dia 06 de junho de 2024, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

1. OBJETO

Constitui objeto da presente licitação a **aquisição, conforme demanda, de materiais didáticos pedagógicos para unidades escolares da rede municipal de ensino de Araranguá/SC**, de acordo com as especificações técnicas constantes do termo de referência (anexo I).

No julgamento desta licitação será adotado o critério do **menor preço do item** e seguirá as regras de apresentação de propostas e lances estabelecidos pelo sistema eletrônico utilizado.

2. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 2.1. Poderão participar da presente licitação qualquer pessoa física ou jurídica legalmente estabelecida no País, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que atenda às exigências deste Edital e seus anexos.
- 2.2. Não poderão participar desta licitação:
 - 2.2.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 2.2.2. autor do termo de referência, anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 2.2.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência, projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 2.2.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



- 2.2.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Município de Gaspar ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.2.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal n. 6.404/1976, concorrendo entre si;
- 2.2.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por licitação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.2.8. agente público do órgão ou entidade proponente;
- 2.2.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.2.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do Município de Araranguá/SC, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do artigo 9º da Lei Federal n. 14.133/2021;
- 2.3. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.4. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.2.2 e 2.2.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da licitação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.5. O disposto nos itens 2.2.2 e 2.2.3 não impede a licitação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.6. O impedimento de que trata o item 2.2.4 será também aplicado ao proponente que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do proponente.
- 2.7. O impedimento de que trata o item 2.2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da licitação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 2.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal n. 14.133/2021.
- 2.9. Os profissionais organizados na forma de cooperativas somente podem participar da licitação e serem contratadas acaso comprovem a possibilidade de executar o objeto do contrato com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre o Município de Gaspar e os cooperados, atendidas as condições do artigo 16 da Lei Federal n. 14.133/2021.
- 2.10. O proponente responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu



representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.11. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.12. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.13. Para **todos os itens do processo, exceto os itens 29, 43, 51, 63, 66 e 134**, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do artigo 48 da Lei Complementar n. 123/2006 e Lei Municipal Complementar n. 310/2021.

2.13.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.14. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal n. 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n. 123/2006 e Lei Complementar Municipal 310/2021.

2.14 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3. PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

3.1. A presente licitação será conduzida pelo (a) pregoeiro (a), que pode ser auxiliado(a) por equipe de apoio ou por técnicos especializados, de acordo com o seguinte procedimento:

- (a) publicação do edital;
- (b) credenciamento no sistema;
- (c) eventual pedido de esclarecimento ou impugnação;
- (d) resposta motivada sobre o eventual pedido de esclarecimento ou impugnação;
- (e) envio da proposta e dos documentos de habilitação no sistema;
- (f) avaliação das condições de participação;
- (g) apresentação de propostas e lances;
- (h) julgamento;
- (i) verificação de efetividade dos lances ou propostas;
- (j) negociação;



- (k) habilitação;
- (l) declaração de vencedor;
- (m) interposição de recurso;
- (n) adjudicação e homologação.

4. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES

- 4.1. Os interessados deverão providenciar seu credenciamento, com atribuição de chave de identificação e senha pessoais e intransferíveis pelo site www.portaldecompraspublicas.com.br.
- 4.2. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico realizado pela Prefeitura Municipal de Araranguá;
- 4.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao município de Araranguá a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do seu uso indevido, ainda que por terceiros;
- 4.4. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica em responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico;
- 4.5. O licitante responsabilizar-se-á exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;
- 4.6. A participação na sessão pública do Pregão Eletrônico, bem como o encaminhamento da proposta de preços e dos documentos de habilitação, dar-se-á exclusivamente por meio do acesso ao site www.portaldecompraspublicas.com.br, mediante a chave de acesso e a senha do credenciado, observado a data e o horário limite estabelecido no item 6 deste Edital;
- 4.7. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, bem como as mensagens disponibilizadas por meio do site, desde a data da publicação do Edital. Fica a Administração isenta de qualquer responsabilidade diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua conexão ou desconexão;
- 4.8. É de responsabilidade do credenciado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Portal e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou desatualização.

5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 5.1. Qualquer pessoa é parte legítima para pedir esclarecimentos e impugnar este Edital, devendo protocolar o pedido **até 3 (cinco) dias úteis** antes da data da abertura do certame.
- 5.2. A impugnação e o (s) pedido (s) de esclarecimento poderão ser realizados, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, **através do site: www.portaldecompraspublicas.com.br**.
- 5.3. O pregoeiro deverá receber o pedido de esclarecimento e impugnação e remetê-lo imediatamente a o **Órgão Requisitante**, para que ofereça resposta motivada.



- 5.4. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no mesmo sistema que o Edital no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 5.5. Acaso o pedido de esclarecimento ou impugnação não seja respondido até o último dia útil anterior à abertura do certame, ela deverá ser adiada, de modo que seja respeitado o prazo de intervalo entre a data da resposta ao pedido de impugnação e a abertura da licitação.
- 5.6. Acolhida a impugnação, caso a modificação comprometa a formulação das propostas, será definida e publicada nova data para a realização do certame, respeitando os prazos mínimos do artigo 55 da Lei Federal n. 14.133/2021.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sua proposta comercial, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital e os documentos de habilitação exigidos no Edital até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 6.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 6.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 6.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
- 6.2.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal;
- 6.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 6.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal n. 14.133/2021.
- 6.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa caso deseje usufruir do tratamento diferenciado, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n. 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do artigo 4º da Lei Federal n. 14.133/2021.
- 6.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.2 a 6.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal n. 14.133/2021 e neste Edital.
- 6.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 6.8. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas após a fase de envio de lances.



- 6.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 6.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 7.1.1. valor unitário e total do item, marca e modelo (quando for o caso).
 - 7.1.2. Descrição do objeto;
- 7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 7.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 7.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação, para fins de Registro de Preços **12 (doze) meses** contados da Assinatura da Ata.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 8.1. A abertura da presente licitação ocorrerá em sessão pública, por meio de sistema eletrônico (www.portaldecompraspublicas.com.br), na data, horário e local indicados neste Edital e será presidida pelo Pregoeiro. Em caso de suspensão, sua continuidade se dará nos termos indicados em comunicado formal subsequente.
- 8.2. No início da sessão o Pregoeiro avaliará e desclassificará as propostas que identifique o licitante.
- 8.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
 - 8.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.



- 8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor **unitário, por item**.
- 8.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,10 (Dez centavos)**.
- 8.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 8.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de **disputa aberta**.
- 8.12. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 8.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **dois minutos** do período de duração da sessão pública.
- 8.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de **dois minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 8.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 8.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 8.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 8.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado antes.
- 8.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a **dez minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas pelo menos **vinte e quatro horas** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no site utilizado para divulgação.
- 8.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das



demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006 e da Lei Complementar Municipal 310/2021.

- 8.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
 - 8.19.2. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **cinco minutos** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
 - 8.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
 - 8.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
9. Decorrida a etapa de lances, será concedida a prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) superior da menor oferta, a fim de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional, nos termos da Lei Municipal n° 310/2021 de 19/03/2021.
- 9.1. Para efeitos do Art. 20 da Lei Municipal n° 310/2021, considera-se:
- 9.1.1. I – local ou municipal: o limite geográfico do município de Araranguá;
 - 9.1.2. II – regional: o âmbito dos municípios constituintes da Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense – AMESC;
- 9.2. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 9.2.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 60 da Lei Federal n. 14.133/2021, nesta ordem:
- 9.2.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 9.2.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - 9.2.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 9.2.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 9.2.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 9.2.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de Santa Catarina;

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 21/05/2024 11:39:03:00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR <https://c.atende.net/tp664c0215bbe54>.
POR VOLNEI RONIEL BIANCHINI DA SILVA



9.2.2.2. empresas brasileiras;

9.2.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.2.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal n. 12.187/2009.

9.3. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

9.3.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.3.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.3.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

9.3.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.3.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.4. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de julgamento da proposta.

9.4.1. Devido a exigência de amostras para os itens arrematados, a sessão será suspensa após a finalização da etapa de lances para que seja possível a análise das mesmas. Será concedido prazo de no máximo 5 (cinco) dias úteis para o envio das amostras, conforme condições estabelecidas no termo de referência.

A data e hora para retomada da sessão será informada no chat a todos os participantes, de modo que a partir desse momento serão abertos os prazos para intenções de recursos

10. DA FASE DE JULGAMENTO

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no artigo 14 da Lei Federal n. 14.133/2021, artigo 36 do Regulamento de Licitações e Contratos do Município de Araranguá e no item 2.2 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, observada a abrangência da penalidade, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).



A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei Federal n. 8.429/1992.

- 10.2. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 10.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com item 6.4 deste edital.
- 10.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 10.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
 - 10.5.1. contiver vícios insanáveis;
 - 10.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 10.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 10.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 10.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 10.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 10.7. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar a planilha elaborada por ele, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 10.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
 - 10.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - 10.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 10.9. O licitante classificado em primeiro lugar será convocado para realizar a fase de habilitação.

11. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 1.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei Federal n. 14.133/2021, deverão ser enviados por meio do sistema eletrônico, em formato digital, no prazo máximo de até 60 (sessenta) minutos após o encerramento da fase de negociação.
- 1.2. **Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista**
 - 10.2.1 Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
 - 10.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



- 10.2.3 Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 10.2.4 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 10.2.5 Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho – CNDT;

1.3. Qualificação Econômico e Financeira

1.3.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado sede da empresa em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

1.3.2. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir;

1.3.3. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis da empresa juntamente com as notas explicativas, assinado pelo representante legal da empresa e por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), mencionando expressamente o número do Livro Diário e folhas em que se acha regularmente transcrito, com fotocópia da página de abertura e de fechamento do respectivo Livro Diário, exigíveis na forma da lei, que comprove a boa situação financeira por meio da satisfação de índices de liquidez geral (LG), liquidez corrente (LC), e solvência geral (SG) superiores a 1 (um), com indicação dos seus cálculos, que deverão ser realizados de acordo com as seguintes fórmulas, devidamente assinados pelo representante legal da empresa e pelo contador):

$$LG = \frac{AC+R}{PC+ELP}$$

$$LC = \frac{AC}{PC}$$

$$SG = \frac{AC}{PC+PN}$$

Onde:

LG = Liquidez Geral
AC = Ativo Circulante
RPL = Realizável a Longo Prazo
PC = Passivo Circulante
ELP = Exigível a Longo Prazo
LC = Liquidez Corrente
PNC = Passivo Não Circulante

10.3.5. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor do Foro da sede da matriz da Pessoa Jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

Para o estado de Santa Catarina, disponível através do endereço <https://www.tjsc.jus.br/web/judicial/certidoes>.

Para as certidões emitidas em outros estados será observado as orientações constantes das mesmas.

10.3.6. O proponente que apresentar resultados econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices exigidos deverá comprovar que possui Capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

10.3.7. Certidão Simplificada da Junta Comercial, com data de emissão inferior a 90 (noventa) dias da data de abertura do certame, ou declaração firmada pelo representante legal, sob as penas da lei, atestando o preenchimento dos requisitos legais para tanto, para comprovação da condição de Microempresa, Microempreendedor Individual e Empresa de Pequeno Porte.

10.4. Qualificação Técnica e outras declarações



10.4.1 Apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica em nome da licitante, pessoa jurídica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão da licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação;

10.4.1.1. O(s) atestado(s) devera(ão) conter, além do nome do atestante, endereço e telefone da pessoa jurídica, ou qualquer outra forma de que o MUNICIPIO possa valer –se para manter contato com a empresa declarante.

10.4.1.2 Declaração em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, Lei nº. 9854/99 e no Decreto nº.4358/2002, de que não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

10.4.1.3 Declaração de Parentesco

10.4.1.4 Modelo de declaração de idoneidade para licitar

11.5. O fornecedor cadastrado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) não precisa apresentar novamente os documentos constantes do cadastro, conforme artigo 51 do Regulamento de Licitações e Contratos do Município de Araranguá.

11.6. **Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País**, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

11.6.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal n. 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11.7. **Quando permitida a participação de consórcio de empresas**, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

11.7.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **10%** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais, conforme artigo 38 do Regulamento de Licitações e Contratos do Município de Araranguá.

11.8. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, cópia autenticada ou assinatura digital

11.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal n. 14.133/2021.

11.10. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

11.11. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

11.12. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de



inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

11.13. A verificação pelo pregoeiro, em sites oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.13.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **máximo de 2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

11.14. A verificação no PNCP ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

11.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

11.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (artigo 64 da Lei Federal n. 14.133/2021):

11.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

11.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

11.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 11.13.1.

11.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

11.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (artigo 42 da Lei Complementar 123/2006).

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no artigo 165 da Lei Federal n. 14.133/2021.

12.2. Qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer no prazo de até **10 (dez) minutos** da disponibilização ou da lavratura do ato recorrido, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começam a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

12.2.1. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo agente de licitação ao vencedor.



- 12.2.2. Entende-se por manifestação motivada da intenção de recorrer a indicação sucinta dos fatos e das razões do recurso, sem a necessidade de indicação de dispositivos legais ou regulamentares violados ou de argumentação jurídica articulada.
- 12.2.3. As razões do recurso poderão trazer outros motivos não indicados expressamente na sessão pública.
- 12.3. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 12.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso e as contrarrazões, caso haja, para a autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 12.6. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.7. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sistema de licitação.

13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 12.1. Após a autoridade competente homologar o resultado da licitação, o adjudicatário será convocado para assinar O CONTRATO E/OU ATA DE SRP, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, a contar da data em que o mesmo for convocado para fazê-lo junto ao Município de Araranguá.
- 12.2. O licitante vencedor por item deverá manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços todas as condições de habilitação que lhe foram exigidas nesta licitação.
- 12.3. A recusa injustificada do licitante 1º colocado em atender o disposto no item 12.1., dentro do prazo estabelecido, sujeitará, o licitante à aplicação da penalidade de suspensão temporária pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos.
- 12.4. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições, considerando-se o disposto na Lei nº. 14.133/2021.
- 12.5. A contratação com o (s) fornecedor (es) registrado (s), após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de instrumento contratual, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 12.6 As obrigações das partes, forma de pagamento e sanções cominadas são as descritas na Minuta do Contrato constante do **Anexo II** deste Edital.
- 12.7 Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e a proposta apresentada pelo adjudicatário.
- 12.8 Para instruir a formalização dos contratos ou instrumento equivalente, o fornecedor deverá providenciar e encaminhar ao órgão contratante, a partir da data da convocação, certidões negativas de débitos contribuições federais a Dívida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais (administrado pela Secretaria da Receita Federal), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e certidões negativas de tributos e, estadual e municipal e CNDT, sob pena de a contratação não ser concretizada, devendo manter estas certidões atualizadas.
- 12.9 Se a documentação anteriormente apresentada para habilitação ou constante do cadastro estiver dentro do prazo de validade, o fornecedor ficará dispensado da apresentação da mesma.



12.10. A ata de Registro de Preços pode ser objeto de alteração, aplicando – se as normas e os mesmos pressupostos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021 e regulamento específico.

12.11. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços regem-se pelas disposições da Lei nº 14.133/2021 e do Regulamento específico.

12.12. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (hum) ano, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, restaurando –se para o período de prorrogação, o quantitativo original, independentemente do que se tenha contratado pelo município no primeiro ano de vigência, conforme disposto no Art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal n. 14.133/2021 e da Lei Municipal 4.056/2023, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.5. fraudar a licitação

14.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.8. praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal n. 12.846/2013.

14.2. Com fulcro na Lei Federal n. 14.133/2021 e na Lei Municipal 4.056/2023, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e



- 14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 14.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado ou, caso a não tenha sido firmado contrato, sobre o valor estimado da contratação, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.
 - 14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, a multa será de 20% do valor do contrato licitado.
- 14.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 14.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Araranguá, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no §5º do artigo 156 da Lei Federal n. 14.133/2021.
- 14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
- 14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização pela Comissão Permanente de Ética e Disciplina nas Licitações e Contratos do município, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 14.11. Caberá no prazo de 10 (dez) dias úteis, representação contra os atos da Comissão Permanente de Ética e Disciplina nas Licitações e Contratos, a ser encaminhada ao Secretário de Administração, que a receberá sem efeito suspensivo e decidirá a seu respeito após ouvida a Procuradoria-Geral do Município.



14.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação ao Chefe do Poder Executivo, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.16. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar serão aplicadas conforme a dosimetria prevista no Artigo 71 do Regulamento de Licitações e Contratos do Município de Araranguá e são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei Federal n. 14.133/2021.

14.17. Os débitos da CONTRATADA para com a Administração CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE, na forma do artigo 72 do Regulamento de Licitações e Contratos do Município de Araranguá.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e **site oficial da Prefeitura Municipal de Araranguá/SC** – www.ararangua.sc.gov.br e no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

15.11.1.1. ANEXO I.1 – Estudo Técnico Preliminar

15.11.2. ANEXO II – Minuta Ata de SRP

14.11.2.1 – ANEXO II.1 – Minuta de Contrato

15.11.3. ANEXO III – Modelo de Declaração de Parentesco

15.11.4. ANEXO IV – Modelo de Declaração de Idoneidade para Licitar

Araranguá, 21 de maio de 2024.

Volnei Roniel Bianchin da Silva
Secretário de Administração



ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA

OBJETO: Aquisição (sob demanda) de materiais didáticos e pedagógicos para atender os alunos e os profissionais nas Unidades de Ensino da Rede Municipal de Araranguá - SC.

JUSTIFICATIVA: O Material Didático Pedagógico é essencial para o desenvolvimento tanto dos profissionais quanto dos alunos das Unidades Escolares. Ele desempenha um papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem, fornecendo recursos e ferramentas que auxiliam na transmissão de conhecimento e no desenvolvimento de habilidades. Para os profissionais da educação, o Material Didático Pedagógico oferece suporte na preparação e implementação de aulas de qualidade. Ele fornece recursos educacionais, como planos de aula, atividades prontas, materiais complementares e orientações metodológicas, que ajudam os professores a planejar suas aulas de forma mais eficaz e a atender às necessidades individuais dos alunos.

Para os alunos, o Material Didático Pedagógico é uma ferramenta importante para o aprendizado. Ele apresenta o conteúdo de forma organizada e acessível, estimulando a curiosidade, a investigação e o pensamento crítico. Além disso, fornece atividades práticas e recursos visuais que facilitam a compreensão dos conceitos e promovem a participação ativa dos estudantes no processo de aprendizagem.

Ao elaborar projetos em todas as fases escolares com qualidade, o Material Didático Pedagógico contribui para o desenvolvimento integral dos alunos, promovendo o desenvolvimento de competências cognitivas, sociais, emocionais e motoras. Ele também auxilia na formação de cidadãos críticos, criativos e autônomos, preparados para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

Portanto, investir em Material Didático Pedagógico de qualidade é fundamental para garantir a excelência no ensino e na aprendizagem, proporcionando experiências educacionais enriquecedoras e significativas para todos os envolvidos no processo educativo.

O parcelamento da solução é a norma, e a licitação deve ser conduzida por item sempre que o objeto for divisível, desde que essa divisão não resulte em prejuízo para o conjunto da solução ou em perda de economia de escala. Isso visa promover a participação ampla de licitantes, permitindo que aqueles que não possuam capacidade para executar a totalidade do objeto possam fazê-lo em relação a itens ou unidades autônomas.

A modalidade escolhida para a aquisição será por meio de Sistema de Registro de Preços, a qual é o entendimento mais apropriado e que melhor se adapta às necessidades desta secretaria.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS EXIGIDAS:

Item	Produto – Descrição mínima exigida	Unidade - Descrição	Quantidade - Licitada	Valor Máx. Unit. Admitido (R\$)
1	ALFINETE COM CABEÇA COLORIDA, 31 MM X 0,55 MM. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	CAIXA	300,0000	9,9600
2	ALFINETE NIQUELADO - CAIXA DE 50 GRAMAS COM 400 UNIDADES PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	CAIXA	300,0000	13,6200

3	ALFINETE PERCEVEJO LATONADO CAIXA COM 100 UNIDADES(PADRONIZA) ALFINETE PERCEVEJO LATONADO CAIXA COM 100 UNIDADES PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	CAIXA	500,0000	4,7100
4	ALMOFADA PARA CARIMBO Nº 3 -6,7X 11 CM, COR PRETO. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNI	50,0000	7,1200
5	APAGADOR DE LOUSA COM PORTA GIZ, APAGADOR E DEPÓSITO FEITO EM MADEIRA NATURAL LIXADO, COM FELTRO DE 4MM COM DEPÓSITO PARA GIZ, DIMENSÕES: 18CM X 7CM X 5 CM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNI	100,0000	10,3700
6	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO (PADRONIZADO) APAGADOR PARA QUADRO BRANCO BASE PLÁSTICA, ALMOFADA DE FELTRO, DIMENSÕES DO PRODUTO 6X15X3,5CM; 65 GR PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNI	500,0000	7,0200
7	APONTADOR COM DEPÓSITO - APONTADOR COM DEPÓSITO - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS, RETANGULAR, MEDINDO APROXIMADAMENTE COMPRIMENTO 6CM X LARGURA 2CM X ALTURA 1,5CM, COMPOSIÇÃO DE RESINA TERMOPLÁSTICA, NÃO TÓXICO E LÂMINA DE AÇO INOXIDÁVEL, CERTIFICADO PELO INMETRO. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNIDADE	2.500,0000	2,5300
8	APONTADOR JUMBO COM DEPÓSITO - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS - FURO GRANDE PARA LÁPIS JUMBO, COMPOSIÇÃO DE RESINA TERMOPLÁSTICA, NÃO TÓXICO E LÂMINA DE AÇO INOXIDÁVEL, MEDINDO NO MÍNIMO COMPRIMENTO 6CM X LARGURA 2CM X ALTURA 1,5CM, DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE DE ACORDO COM A PORTARIA DO INMETRO Nº 423/2021. COMPROVANDO PELA FICHA TÉCNICA DO PRODUTO. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNIDADE	500,0000	4,6700
9	ARGILA, PCT 1KG (PADRONIZADO) PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	PACOTE	80,0000	5,5800
10	BALÃO LISO Nº 9, LÁTEX, PACOTE COM 50 UNIDADES. DIVERSAS CORES VIVAS., DIMENSÕES 18X23X1,5 CENTÍMETROS (C X L X A) PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	PACOTE	5.000,0000	10,9000
11	BARBANTE 100% ALGODÃO ROLO COM 250 GR: N 08] PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	RL	300,0000	19,5600
12	BASTÃO DE SILICONE TRANSPARENTE FINO, DEVE SER COMPOSTO POR NO MÍNIMO COPOLÍMETRO DE ETILENO VINIL E ACETATO, MEDIDAS MÍNIMAS: 7 MM DIÂMETRO X 30 CM COMPRIMENTO. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNIDADE	1.500,0000	2,6700
13	BASTÃO DE SILICONE TRANSPARENTE GROSSO, DEVE SER COMPOSTO POR NO MÍNIMO COPOLÍMETRO DE ETILENO VINIL E ACETATO, MEDIDAS MÍNIMAS: 11 MM DIÂMETRO X 30 CM COMPRIMENTO. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNIDADE	10.000,0000	1,9800
14	BOBINA DE PAPEL BRANCO 80 GR, COM PESO MÍNIMO DE 10KG E 60 CM DE LARGURA, UM LADO FOSCO, RESISTENTE DE FÁCIL ESCRITA. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	BOBINA	50,0000	375,0000



15	BOBINA DE PAPEL DE PRESENTE, ESTAMPA NATALINA, MEDIDAS APROXIMADAS: 60 CM LARGURA COM TOTAL MÍNIMO DE 100 METROS DE PAPE. GRAMATURA 60 GR, PESANDO APROXIMADAMENTE 3,5 KG PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	BOBINA	150,0000	118,9300
16	BOBINA DE PAPEL PARDO 80 GR ROLO C 200 MTS, COM 60 CM (PADRO) BOBINA DE PAPEL PARDO 80 GR ROLO C 200 MTS, COM 60 CM DE LARGURA, RESISTENTE QUE FACILITA A ESCRITA. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	BOBINA	80,0000	229,3000
17	BOBINA PLÁSTICO BOLHA. MEDINDO: 1,20X100X0,30 (100 METROS, MICRA 0,30) PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	BOBINA	5,0000	114,4300
18	BOLA DE ISOPOR 100MM, MACIÇA, COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNI	1.200,0000	4,1600
19	BOLA DE ISOPOR 35MM, MACIÇA, COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNI	1.200,0000	0,5500
20	BOLA DE ISOPOR 75MM, MACIÇA, COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNI	1.200,0000	1,9900
21	BORRACHA - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS, BRANCA, GEOMETRIA QUADRADA OU RETANGULAR, DIMENSÕES DE 33 MM X 23 MM X 07 MM, QUE APAGUE LÁPIS E LAPISEIRA SEM BORRAR OU RASGAR A FOLHA. COMPOSIÇÃO: BORRACHA LATEX NATURAL E ÓLEO. DENTRO DAS NORMAS DA ABNT, EM CONFORMIDADE COM A PORTARIA DO INMETRO N° 423/2021, COMPROVADO PELA FICHA TÉCNICA DO PRODUTO. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNIDADE	5.000,0000	0,5400
22	BORRACHA PONTEIRA DE LÁPIS DE LÁTEX, ATÓXICO E PIGMENTOS ATÓXICOS, MACIA, PONTA ARRENDONDA, NÃO DEVE BORRAR E NEM RASGAR O PAPEL AO APAGAR, CORES DIVERSAS, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 100 UNIDADES. MEDIDAS MÍNIMAS: 2,5CM X 1 CM DE DIÂMETRO. DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE DE ACORDO COM A PORTARIA DO INMETRO N 423/2021. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	PACOTE	100,0000	10,0700
23	CADERNO CAPA DURA, COM PAUTA, 48 FOLHAS, TAMANHO ABERTO: 30X21 CM, TAMANHO FECHADO: 14X20 CM, MIOLO COM 96 PÁGINAS, COM CAPA E CONTRACAPA EM CARTÃO 1.3MM (780GM²), COM REVESTIMENTO DE CAPA E CONTRACAPA EM PAPEL COUCHÊ 145 GM², OFFSET 63 G/M², CERTIFICADO FSC. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNIDADE	4.000,0000	5,5100
24	CADERNO CAPA DURA, COM PAUTA, 96 FOLHAS, TAMANHO ABERTO: 30X21 CM, TAMANHO FECHADO: 14X20 CM, MIOLO 192 PÁGINAS, COM CAPA E CONTRACAPA EM CARTÃO 1.3MM (780GM²), COM REVESTIMENTO DE CAPA E CONTRACAPA EM PAPEL COUCHÊ 145 GM², OFFSET 63 G/M², CERTIFICADO FSC. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNIDADE	3.000,0000	7,8300



25	CADERNO DE CALIGRAFIA 40 FOLHAS (PADRONIZADO) CADERNO DE CALIGRAFIA 40 FOLHAS, TAMANHO ABERTO 30X21, TAMANHO FECHADO 15X21CM, MIOLO 96 PÁGINAS EM PAPEL OFFSET 63 GRAMAS, ACABAMENTO DOIS GRAMOS E LAMINAÇÃO NA CAPA. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNI	1.000,0000	3,8300
26	CADERNO DESENHO GRANDE, 96 FOLHAS: COM CAPA E CONTRACAPA EM CARTÃO 1.3MM (780GM ²), COM REVESTIMENTO DE CAPA E CONTRACAPA EM PAPEL COUCHÊ 145 GM ² , MIOLO COM 80 FOLHAS, 0X0 COR, OFFSET 70G/M ² , FECHADO 280X205MM, EM ESPIRAL. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNI	3.000,0000	13,1600
27	CADERNO UNIVERSITÁRIO 200 FOLHAS, CADERNO UNIVERSITÁRIO 10 MATÉRIAS, COM CAPA E CONTRACAPA EM CARTÃO 1.3MM (780GM ²), COM REVESTIMENTO EM PAPEL COUCHÊ 145 GM ² , COM CAPA E CONTRACAPA EM PAPEL OFFSET 120 GM ² SEM IMPRESSÃO. TAMANHO L 205MM X A 285 MM(FECHADO) COM MIOLO DE 200 FLS (400 PÁGINAS), EM PAPEL OFFSET 70 G/M ² , SENDO 01 PÁGINA INICIAL PARA CADA MATÉRIA COM DADOS PESSOAIS, CALENDÁRIO DE AULAS SEMANAL, ESPAÇO PARA ATIVIDADES EXTRAS, TRABALHOS, PROVÁS, LEMBRETES E OBSERVAÇÕES. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNI	1.500,0000	21,1500
28	CAIXA DE GIZ DE CERA, ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS: MEDINDO APROXIMADAMENTE 10 MM DE DIÂMETRO E 60 MM CADA UM, CONTENDO 12 CORES, CORES VIVAS, PARA DESENHAR SOBRE PAPEL, PAPEL CARTÃO E CARTOLINA, EM FORMATO DE ESTACA, NÃO MANCHA AS MÃOS E NÃO REPRESENTA RISCOS A SAÚDE, NÃO TÓXICO, EMBALAGEM EM PAPEL CARTONADO RESISTENTE PARA MANTER O PRODUTO ORGANIZADO E PROTEGIDO. COMPOSIÇÃO: CERAS DE ALTA QUALIDADE, CARGAS MINERAIS INERTES E PIGMENTOS NÃO TÓXICOS, NÃO PERECÍVEL, PRODUTO QUÍMICO NÃO CLASSIFICADO COMO PERIGOSO DE ACORDO COM A ABNT NBR 14725-2, DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE DE ACORDO COM A PORTARIA DO INMETRO N° 423/2021, COMPROVADO PELA FICHA TÉCNICA DO PRODUTO. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	CAIXA	4.000,0000	9,2600
29	CAIXA DE LÁPIS DE COR, ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS: CONTENDO 15 LÁPIS DE COR, SENDO 12 CORES E 3 LÁPIS MODELO - DOIS EM UM - COM 6 TONS DE PELE, PRODUZIDOS TOTALMENTE ATÓXICOS E MADEIRA 100% REFLORESTADA, RESISTENTE, PINTURA MACIA E CORES VIVAS, COMPOSIÇÃO: PIGMENTOS, AGLUTINANTES, CARGA INERTE, CERAS E MADEIRA REFLORESTADA, CORES VIVAS, RESISTENTE E NÃO TÓXICO, EMBALAGEM COM ESTOJO EM PAPEL CARTÃO PARA MANTER O PRODUTO ORGANIZADO E PROTEGIDO. DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE DE ACORDO COM A PORTARIA DO INMETRO N° 423/2021 E CERTIFICAÇÃO FSC. AMPLA DISPUTA	UNIDADE	3.000,0000	23,6000



30	CAIXA DE LÁPIS DE COR, ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS: CONTENDO 15 LÁPIS DE COR, SENDO 12 CORES E 3 LÁPIS MODELO - DOIS EM UM - COM 6 TONS DE PELE, PRODUZIDOS TOTALMENTE ATÓXICOS E MADEIRA 100% REFLORESTADA, RESISTENTE, PINTURA MACIA E CORES VIVAS, COMPOSIÇÃO: PIGMENTOS, AGLUTINANTES, CARGA INERTE, CERAS E MADEIRA REFLORESTADA, CORES VIVAS, RESISTENTE E NÃO TÓXICO, EMBALAGEM COM ESTOJO EM PAPEL CARTÃO PARA MANTER O PRODUTO ORGANIZADO E PROTEGIDO. DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE DE ACORDO COM A PORTARIA DO INMETRO N° 423/2021 E CERTIFICAÇÃO FSC. COTA RESERVADA – PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNIDADE	1.000,0000	23,6000
31	CAIXA DE LÁPIS DE COR, JUMBO, ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: CONTENDO 12 LÁPIS DE COR, 01 APONTADOR, CORPO TRIANGULAR, PRODUTO TOTALMENTE ATÓXICO EM MADEIRA 100% REFLORESTADA, RESISTENTE, PINTURA MACIA E CORES VIVAS, COMPOSIÇÃO: PIGMENTOS, AGLUTINANTES, CARGA INERTE, CERAS E MADEIRA REFLORESTADA, CORES VIVAS, RESISTENTE E NÃO TÓXICO, EMBALAGEM COM ESTOJO EM PAPEL CARTÃO MEDINDO 18 X 20 X 1,8 (COMPRIMENTO X LARGURA X ALTURA. DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE COM A PORTARIA DO INMETRO N° 423/2021 E CERTIFICAÇÃO FSC. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	CAIXA	1.000,0000	23,5900
32	CAIXA DE MASSA DE MODELAR, ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS: CONTENDO 12 CORES, NO MÍNIMO 180G, MACIA, CORES VIVAS, NÃO MANCHA AS MÃOS, NÃO TÓXICA, NÃO DEVE ESFARELAR, EMBALAGEM COM CAIXA RESISTENTE PARA MANTER O PRODUTO ORGANIZADO E PROTEGIDO. RECOMENDÁVEL PARA CRIANÇAS ACIMA DE 3 ANOS, NÃO COMESTÍVEL, O CHEIRO NÃO DEVE SER SUGESTIVO DE SER INGERIDO, MASSA COM MEDIDAS APROXIMADAS: 9 CM E 1 CM DE DIÂMETRO. COMPOSIÇÃO: ÁGUA, CARBOIDRATOS DE CEREAIS, CLORETO DE SÓDIO, CONSERVANTES, FRAGRÂNCIAS, ADITIVOS E PIGMENTOS, PRODUTO NÃO CLASSIFICADO COMO PERIGOSO DE ACORDO COM A ABNT NBR 14725-2, DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE DE ACORDO COM A PORTARIA DO INMETRO N 217/2020 E 423/2021. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	CAIXA	6.000,0000	6,9400
33	CAIXA PARA CORRESPONDÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: CAIXA PARA CORRESPONDÊNCIA ARTICULÁVEL, TRÊS BANDEJAS, EM POLIESTIRENO, COR CRISTAL, MEDINDO: 35 CM COMPRIMENTO X 25 CM LARGURA X 18 CM ALTURA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNI	150,0000	92,4300
34	CALCULADORA PORTÁVEL, VISOR LCD COM 12 DÍGITOS GRANDES (PADRONIZADO), PORCENTAGEM, INVERSÃO DE SINAIS, MEMÓRIA OPERATIVA INDEPENDENTE, CORREÇÃO DÍGITO A DÍGITO, TECLA MU, TECLA GT, CORREÇÃO TOTAL DUPLO ZERO, DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO, TECLA INVERSORA DE SINAIS +/-, TECLA DE RETROCESSO PARA APAGAR O ÚLTIMO CARACTERE, ALIMENTAÇÃO SOLAR E BATERIA, GARANTIA DE 3 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNI	100,0000	40,3700



35	CANETA RETROPROJETOR 1.0 MM PONTA EM POLIACETAL COM PROTETOR DE METAL, TINTA A BASE DE ÁLCOOL PERMANENTE, IDEAL PARA TRANSPARÊNCIA EM OUTRAS SUPERFÍCIES, NA COR AZUL. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNI	1.000,0000	6,7300
36	CANETA RETROPROJETOR 1.0 MM PONTA EM POLIACETAL COM PROTETOR DE METAL, TINTA A BASE DE ÁLCOOL PERMANENTE, IDEAL PARA TRANSPARÊNCIA EM OUTRAS SUPERFÍCIES, NA COR PRETA. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNI	3.000,0000	4,6600
37	CANETA RETROPROJETOR 1.0 MM PONTA EM POLIACETAL COM PROTETOR DE METAL, TINTA A BASE DE ÁLCOOL PERMANENTE, IDEAL PARA TRANSPARÊNCIA EM OUTRAS SUPERFÍCIES, NA COR VERMELHO. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNI	1.000,0000	6,7300
38	CANETINHA HIDROGRÁFICA COM 12 CORES, ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS: EMBALAGEM CONTENDO 12 CORES DE CANETA HIDROGRÁFICAS, COM CORPO INJETADO EM POLIESTIRENO NA COR DA TINTA, REDONDO, POSSUINDO ALÇA INTERNA QUE IMPEDE O RECUO DA PONTA, TAMPA ANTIFIXANTE, TAMPINHA INJETADA EM POLIESTIRENO, PAVIO PRODUZIDO COM FIBRAS DE POLIÉSTER, PONTA PRODUZIDA COM FIBRAS DE POLIÉSTER, EM RESINA TERMOPLÁSTICA, PONTA CÔNICA COM DIÂMETRO DE 2,0 MM, ESCRITA MACIA, TINTA ATÓXICA, A BASE DE CORANTES ORGÂNICOS, SOLVENTES E ÁGUA, ISENTA DE METAIS PESADOS, TINTA LAVÁVEL, EMBALAGEM COM ESTOJO EM PAPEL CARTÃO PARA MANTER O PRODUTO ORGANIZADO E PROTEGIDO. DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE DE ACORDO COM A PORTARIA DO INMETRO° 423/2021, COMPROVADO PELA FICHA TÉCNICA DO PRODUTO. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	CONJUNTO	3.000,0000	13,6400
39	CAPA PLÁSTICA ENCADERNAÇÃO A4 PRETA (CONTRA CAPA). PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UN	1.000,0000	0,6600
40	CAPA PLÁSTICA ENCADERNAÇÃO A4 TRANSPARENTE (CAPA). PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UN	1.000,0000	0,7800
41	CARTOLINA BRANCA 50 X 66 CM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNIDADE	5.000,0000	1,2400
42	CARTOLINA NAS CORES, AZUL, BRANCA, ROSA, VERDE E AMARELO COM 500MMX660MM. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNIDADE	2.500,0000	1,3300
43	COBERTOR INFANTIL, MICROFIBRA, ANTIALÉRGICO, TAMANHO MÍNIMO: 90 CM X 110 CM, 620 GRAMATURA, ACABAMENTO COM BAINHAS, ETIQUETA COM DADOS DO FABRICANTE E COMPOSIÇÃO. AMPLA DISPUTA	UNIDADE	2.250,0000	43,9600
44	COBERTOR INFANTIL, MICROFIBRA, ANTIALÉRGICO, TAMANHO MÍNIMO: 90 CM X 110 CM, 620 GRAMATURA, ACABAMENTO COM BAINHAS, ETIQUETA COM DADOS DO FABRICANTE E COMPOSIÇÃO. COTA RESERVADA – PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNIDADE	750,0000	43,9600



45	COLA COLORIDA ALTO RELEVO, ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS: NÃO TÓXICA, MÍNIMO COM 20G, KIT COM 6 CORES, EM CONFORMIDADE COM A PORTARIA DO INMETRO N° 423/2021. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	CAIXA	300,0000	16,1800
46	COLA EM BASTÃO - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS - 21G, PVA (ACETATO DE POLIVINILA), GLICERINA, ÁGUA E CONSERVANTES, LAVÁVEL, PRODUTO QUÍMICO - NÃO CLASSIFICADO COMO PERIGOSO DE ACORDO COM A ABNT - NÃO TÓXICA, COM CERTIFICADO PELO INMETRO PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNIDADE	4.000,0000	2,5700
47	COLA GLITER, KIT COM 6 CORES - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS: TUBO 23 GRAMAS CADA, NAS CORES, VERMELHO, VERDE, AZUL, DOURADO, PRATA E FURTA-COR, NÃO TÓXICA, LAVÁVEL E DEVE POSSUIR BRILHO VIVO, CERTIFICADO PELO INMETRO. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNI	1.000,0000	20,2600
48	COLA INSTANTÂNEA MULTIUSO, ESPECIAL PARA COLAR METAIS, PLÁSTICO, BORRACHA, EVA, NEOPREME, À BASE DE CIANOACRILATO, 20 GRAMAS, SECAGEM RÁPIDA DE ALTA QUALIDADE, CERTIFICADO PELO INMETRO. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNIDADE	1.000,0000	9,1900
49	COLA LÍQUIDA BRANCA - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS - 100G, PVAC (POLIACETATO DE VINILA), LIVRE DE GRUMOS OU MATERIAIS ESTRANHOS, LAVÁVEL, NÃO TÓXICA, INDICADA PARA COLAGEM DE PAPEL, PAPELÃO, CARTÃO, CARTOLINA E OUTROS MATERIAIS POROSOS. COM SEGURANÇA DE PRODUTO QUÍMICO (FISOQ), NÃO CLASSIFICADO COMO INFLAMÁVEL, CORROSIVO OU AGRESSIVO. CERTIFICADO PELO INMETRO PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNIDADE	1.000,0000	5,3700
50	COLA PARA ISOPOR, FRASCO COM NO MÍNIMO 35 GRAMAS PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNIDADE	1.000,0000	5,2100
51	COLCHONETE COM COMPRIMENTO DE 1,30 METROS E LARGURA DE 0,60M, REVESTIDO EM NAPA COM ESPESSURA DE 0,33 MM EM PVC, COM TECIDO DE REFORÇO 100% NYLON, ESPUMA NA DENSIDADE 20 E ESPESSURA DE 5CM. AMPLA DISPUTA	UNI	2.250,0000	81,3500
52	COLCHONETE COM COMPRIMENTO DE 1,30 METROS E LARGURA DE 0,60M, REVESTIDO EM NAPA COM ESPESSURA DE 0,33 MM EM PVC, COM TECIDO DE REFORÇO 100% NYLON, ESPUMA NA DENSIDADE 20 E ESPESSURA DE 5CM. COTA RESERVADA – PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNI	750,0000	81,3500
53	ELÁSTICO CHATO N° 28, 18 MM, ALVEJADO, PEÇA COM 10 METROS PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	PEÇA	150,0000	43,4300
54	ELÁSTICO DE COSTURA EM ROLINHO, TIPO LASTEX, 1 MM, PEÇA COM 10 METROS, COMPOSIÇÃO: 58% ELASTODIENO, 42% POLIESTER. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNIDADE	400,0000	6,0100
55	ELÁSTICO N° 12, PEÇA DE 10 METROS, 69% ALGODÃO 31% ELÁSTODIENO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, ETIQUETA COM INFORMAÇÕES DO FABRICANTE. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNIDADE	100,0000	23,3300
56	ENVELOPE A3 (310X410MM) KRAFT, SACO, EMBALAGEM CONTENDO NO MÍNIMO 100 UNIDADES PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	CAIXA	600,0000	120,7700



57	ENVELOPE PARA CONVITE 120 GRAMAS (PADRONIZADO) ENVELOPE PARA CONVITE 120 GRAMAS 163X225MM, LINHO BRANCO, CX COM 50 UNIDADES PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	CAIXA	300,0000	49,4300
58	ENVELOPES COLORIDOS - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: 70 GR/M², MEDINDO 162 CM ALTURA X 229 CM COMPRIMENTO, CORES: AMARELO, AZUL, VERMELHO, VERDE, ALARANJADO, DOURADO E PRETO. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNI	1.000,0000	2,5600
59	ESTILETE COM LÂMINA EM AÇO INOXIDÁVEL, ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS: DEVE POSSUIR TRAVA, DEVE CORTAR PAPEL, PAPELÃO, PLÁSTICO. CORPO EM PLÁSTICO REFORÇADO, LÂMINA SEGMENTADA EM NO MÍNIMO 13 PARTES E 15MM DE LARGURA. MEDIDAS APROXIMADAS: 3,5 CM X 15CM DE COMPRIMENTO. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNIDADE	1.500,0000	3,7400
60	ETIQUETA ADESIVA CARTA, 25,4MM X 6,7 MM, 100 FOLHAS, BRANCO, PACOTE DE 3000 ETIQUETAS. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	PACOTE	100,0000	67,6900
61	ETIQUETA AUTO ADESIVA A4, 96,1X34MM COM 100 FOLHAS (PADRONIZ ETIQUETA AUTO ADESIVA A4, 96,1X34MM COM 100 FOLHAS ESPECIALMENTE DESENVOLVIDA PARA PROPORCIONAR EXCELENTE IMPRESSÃO NO SISTEMA INK JET OU LASER, PAPEL CO ADESIVO ACRÍLICO PERMANENTE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	PACOTE	200,0000	79,3000
62	EVA COM GLITTER, 60 X 40 DE CORES VARIADAS, ESPESSURA MÍNIMA 1.6MM, DE PRIMEIRA LINHA, NÃO DEVE CONTER FUROS E NEM RASGADOS. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	FOLHA	10.000,0000	6,3900
63	EVA EMBORRACHADO, 60 X 40 DE CORES VARIADAS, ESPESSURA MÍNIMA 1.6MM, DE PRIMEIRA LINHA, NÃO DEVE CONTER FUROS E NEM RASGADOS. CORES VIVAS, NÃO DEVE SER "DESBOTADO". AMPLA DISPUTA	UNIDADE	30.000,0000	2,8600
64	EVA EMBORRACHADO, 60 X 40 DE CORES VARIADAS, ESPESSURA MÍNIMA 1.6MM, DE PRIMEIRA LINHA, NÃO DEVE CONTER FUROS E NEM RASGADOS. CORES VIVAS, NÃO DEVE SER "DESBOTADO". COTA RESERVADA – PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNIDADE	10.000,0000	2,8600
65	EXTRATOR DE GRAMPO TIPO ESPÁTULA, EM AÇO INOX, 15 CM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNIDADE	1.000,0000	2,1700
66	FELTRO DIVERSAS CORES, COM NO MÍNIMO 140 CM LARGURA E 100% POLIÉSTER, GRAMATURA 190. AMPLA DISPUTA	METROS	7.500,0000	24,2100
67	FELTRO DIVERSAS CORES, COM NO MÍNIMO 140 CM LARGURA E 100% POLIÉSTER, GRAMATURA 190. COTA RESERVADA – PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	METROS	2.500,0000	24,2100
68	FIBRA DE ESPUMA FINA, MEDIDAS MÍNIMAS : LARGURA: 1M X COMPRIMENTO 1M X ESPESSURA 1CM. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	METRO	500,0000	12,5400
69	FIO DE NYLON, 0,20MM, ROLO COM 100 METROS PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	ROLO	600,0000	14,3300
70	FITA CETIM Nº 9, LARGURA: 38 MM, PEÇA COM NO MÍNIMO 50 METROS, 100% POLIÉSTER. EMBALAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES DO FABRICANTE.	PEÇA	200,0000	62,6900



	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA			
71	FITA CORRETIVA, COM TAMPA PROTETORA. DEVE SER DE FÁCIL APLICAÇÃO, TER SECAGEM INSTANTÂNEA E EXCELENTE COBERTURA. A FITA DEVE MEDIR NO MÍNIMO 5MM X 6M PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNIDADE	1.000,0000	9,5300
72	FITA DE CETIM Nº 3, FASE SIMPLES, 22MM DE LARGURA, 100% POLIÉSTER, PEÇA COM NO MÍNIMO 50 METROS, CORES DIVERSAS. EMBALAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES DO FABRICANTE. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	PEÇA	200,0000	30,9200
73	FITA MICROPOROSA HIPOALERGENICA 50MM X 10 METROS (OFICIAL) FITA MICROPOROSA HIPOALERGÊNICA, BRANCA, COM TAMANHO DE 50MMX10METROS - FITA MICROPORE HIPOALERGÊNICA PARA CURATIVOS EM GERAL, INDICADA PARA PELES SENSÍVEIS E FRÁGEIS. DEVERÁ SER POROSA, COM DORSO DE NÃO TECIDO DE RAYON E VISCOSE QUE PERMITA A PELE RESPIRAR LIVREMENTE;63.3 DEVERÁ SER BRANCA E POSSUIR DIMENSÕES APROXIMADAS DE 50MM DE LARGURA X 10 METROS DE COMPRIMENTO QUANDO ABERTA. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNIDADE	500,0000	14,0700
74	FITA MIMOSA Nº 1, COM 7MM DE LARGURA, 100 POLIÉSTER, CORES DIVERSAS, PEÇA COM NO MÍNIMO 100 METROS. EMBALAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES DO FABRICANTE. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	PEÇA	500,0000	24,8200
75	FITILHO PRESENTE, C/ 150MT, CORES SORTIDAS. PACOTE C/ 4 UNIDADES PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	PACOTE	200,0000	34,4700
76	GIZ DE CERA - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS - ESTILO MEU PRIMEIRO GIZ, MEDINDO CADA UM 20MM DE DIÂMETRO E 70 MM DE COMPRIMENTO, EMBALAGEM CONTENDO 6 CORES, 180 GRAMAS, CURTO, ANATÔMICO, PARA DESENHAR SOBRE PAPEL, PAPEL CARTÃO E CARTOLINA, COM CORES VIVAS, TIPO ESTACA, NÃO TÓXICO, NÃO MANCHA AS MÃOS, COMPOSIÇÃO: CERAS, CARGAS MINERAIS E PIGMENTOS, NÃO PERECÍVEL, COM CERTIFICADO PELO INMETRO PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNIDADE	2.500,0000	22,5500
77	GLITER EM PÓ, POTE COM 200 GRAMAS, NAS CORES: VERDE, AZUL, PRATA, DOURADO, VERMELHO E FRUTA COR. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	POTE	500,0000	25,4200
78	GRAMPEADOR TAPACEIRO - GRAMPEADOR TAPACEIRO COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 15 CM DE LARGURA X 4,5 CM DE ALTURA X 8 CM DE LARGURA, COM GRAMPOS, NÚMERO 8, ESTRUTURA METÁLICA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNI	150,0000	106,0200
79	GRAMPO PARA TAPECEIRO 8 MM, CAIXA COM NO MÍNIMO 1000 UNIDADES, TAMANHO 8MM X 11,3MM X 0,7MM, EM AÇO GALVANIZADO. PRODUTO CADASTRADO 104640 – ATUALIZAR PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	CAIXA	500,0000	14,0900



80	GUARDA SOL COM BASE EM ALUMÍNIO - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS - TECIDO EM POLIÉSTER E HASTES RESISTENTES EM ALUMÍNIO GARANTINDO ESTABILIDADE E DURABILIDADE. MEDIDAS MÍNIMAS: DIÂMETRO DE 1,80 M, ALTURA DE 1,80 M, 8 HASTES DE 22 MM. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNI	150,0000	84,4600
81	ISOPOR ESPESSURA 10 MM - PLACA DE 50 X 100 CM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNIDADE	300,0000	4,4700
82	ISOPOR ESPESSURA 15 MM - PLACA DE 50 X 100 CM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNIDADE	300,0000	6,3300
83	JALECO LONGO, COM TECIDO DE ALGODÃO BRANCO, TAMANHO P, MANGA LONGA E PUNHOS FECHADOS COM ELÁSTICO, TRÊS BOLSOS FRONTAIS. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	PEÇA	500,0000	99,9900
84	LANTEJOUHAS, TAMANHO 6, PACOTE COM NO MÍNIMO 100 GRAMAS NAS CORES VERMELHA, VERDE, AMARELA, BRANCA, DOURADA E PRATA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	PACOTE	1.000,0000	17,1000
85	LÁPIS GRÁFITE JUMBO, ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS: HB COM CORPO PRODUZIDO TOTALMENTE ATÓXICO E MADEIRA REFLORESTADA, COMPOSIÇÃO: MATERIAL CERÂMICO, GRÁFITE E MADEIRA REFLORESTADA, COM GRADUAÇÃO DE GRÁFITE HB, NÃO PERECÍVEL. MEDIDAS MÍNIMAS: 17CM X 1CM DE DIÂMETRO, EM CONFORMIDADE COM A PORTARIA DO INMETRO Nº 423/2021 E FSC. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNIDADE	4.000,0000	2,8800
86	LIVRO PROTOCOLO DE CORRESPONDÊNCIA, 100 FOLHAS, CAPA DURA, 154 X 216MM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNIDADE	50,0000	22,8200
87	LIXEIRA TELADA - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: LIXEIRA TELADA, METAL, COR PRETA, 10 LITROS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 28 CM ALTURA X 22 CM DIÂMETRO PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNI	150,0000	39,0100
88	MARCADOR PARA QUADRO DE VIDRO, RECARREGÁVEL, PONTA REDONDA, BLOQUEADA SUPER-RESISTENTE, PONTA MACIA PARA NÃO DANIFICAR O QUADRO, E TINTA DE ALTA QUALIDADE QUE DEVE APAGAR FACILMENTE, PONTA 4.0 MM, ESPESSURA NA ESCRITA 2.3 MM, NA COR AZUL PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNI	3.000,0000	3,6100
89	MARCADOR PARA QUADRO DE VIDRO, RECARREGÁVEL, PONTA REDONDA, BLOQUEADA SUPER-RESISTENTE, PONTA MACIA PARA NÃO DANIFICAR O QUADRO, E TINTA DE ALTA QUALIDADE QUE DEVE APAGAR FACILMENTE, PONTA 4.0 MM, ESPESSURA NA ESCRITA 2.3 MM, NA COR PRETA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNI	4.000,0000	3,6100
90	MARCADOR PARA QUADRO DE VIDRO, RECARREGÁVEL, PONTA REDONDA, BLOQUEADA SUPER-RESISTENTE, PONTA MACIA PARA NÃO DANIFICAR O QUADRO, E TINTA DE ALTA QUALIDADE QUE DEVE APAGAR FACILMENTE, PONTA 4.0 MM, ESPESSURA NA ESCRITA 2.3 MM, NA COR VERMELHA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNI	1.500,0000	3,6100
91	MOLHA DEDO PASTOSA COM GLICÉRINA - 12 GRAMAS PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNIDADE	300,0000	4,1700



92	OLHOS ARTESANAIS MÓVEL, 10MM, PACOTE COM NO MÍNIMO 50 UNIDADES PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	PACOTE	500,0000	37,4500
93	OLHOS ARTESANAIS MÓVEL, 15MM, PACOTE COM NO MÍNIMO 50 UNIDADES PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	PACOTE	500,0000	41,0200
94	OLHOS ARTESANAIS MÓVEL, 6MM, PACOTE COM NO MÍNIMO 50 UNIDADES PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	PACOTE	500,0000	34,4500
95	PALITO DE CHURRASCO, MEDIDAS APROXIMADAS: 25 CM DE COMPRIMENTO, MADEIRA REFLORESTADA DE QUALIDADE GARANTINDO SUPERFÍCIE LISA E LIVRE DE FARPAS, PACOTE COM 100 UNIDADES. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	PACOTE	1.000,0000	11,3400
96	PALITO PARA ALGODÃO-DOCE, MEDIDAS APROXIMADAS: 40 CM X 0,4 CM, MADEIRA REFLORESTADA, SUPERFÍCIE LISA E LIVRE DE FARPAS, PACOTE COM 100 UNIDADES. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	PACOTE	500,0000	17,0900
97	PALITO PARA PICOLÉ, MEDIDAS APROXIMADAS: 12 CM DE COMPRIMENTO X 1 CM DE LARGURA, MADEIRA REFLORESTADA DE QUALIDADE GARANTINDO SUPERFÍCIE LISA E LIVRE DE FARPAS, PACOTE COM 50 UNIDADES. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	PACOTE	1.000,0000	8,6300
98	PAPEL A4 COLORIDO - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: 140 GR/M², PACOTE COM 25 FOLHAS SOLTAS, CORES QUENTES: AMARELO, AZUL, VERMELHO, VERDE E ALARANJADO. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	PACOTE	500,0000	24,7200
99	PAPEL A4 COLORIDO, PACOTE COM 100 FOLHAS (PADRONIZADO) PAPEL A4 COLORIDO, PACOTE COM 100 FOLHAS, DIMENSÕES 210X297MM, 75GR, NAS CORES AMARELO, ROSA, AZUL, VERDE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	PACOTE	1.000,0000	13,2300
100	PAPEL ALMAÇO COM PAUTA, BRANCO, PACOTE COM 10 FOLHAS, PERFEITO PARA TRABALHOS ESCOLARES, TAMANHO: OFÍCIO 215X315MM, FOLHA DUPLA. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	PACOTE	400,0000	4,4700
101	PAPEL CAMURÇA 60 CM X 40 COM DIVERSAS CORES PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	FLS	1.000,0000	2,0400
102	PAPEL CARTÃO GROSSO, COM APENAS UM LADO COLORIDO, 0,50 CM X 0,66M, CORES DIVERSAS E CORES VIVAS PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	FLS	10.000,0000	2,0500
103	PAPEL CELOFANE 85CM X 100CM, CORES DIVERSAS. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	FLS	1.200,0000	2,2300
104	PAPEL CONTACT LISO TRANSPARENTE ROLO COM 45 CM X 10 METROS PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	ROLO	200,0000	83,0600
105	PAPEL CREPOM, MATERIAL CELULOSE VEGETAL, GRAMATURA 18 _COMPRIMENTO 2M, LARGURA 48 CM. CORES VÁRIADAS (AMARELO, AZUL CLARO, AZUL ESCURO, BRANCO, LARANJA, LILÁS, MARROM, MISTO, PRETO, ROSA, VERDE CLARO, VERDE ESCURO, VERMELHO). PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNI	5.000,0000	2,4700
106	PAPEL DUPLA FACE SET, MEDIDNDO 48 CM X 66 CM, CORES DIVERSAS E CORES VIVAS. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	FLS	10.000,0000	1,7800
107	PAPEL ENCERADO 50 X 60 DIVERSAS CORES PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	FOLHA	2.000,0000	2,0200



108	PAPEL FOTOGRÁFICO , A4, 210MM X 297 MM, PACOTE COM 50 FOLHAS, 180 GR PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	PACOTE	1.500,0000	24,6200
109	PAPEL LAMINADO 48 CM X60 CM, CORES: AZUL, PRATA, VERDE, VERMELHO PAPEL LAMINADO 48X60CM CORES: AZUL, PRATA, VERDE, VERMELHO, DOURADO E BORDO PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	FOLHA	2.000,0000	3,4200
110	PAPEL NEUTRO - EM FOLHAS FORMATO A4, ACID FREE, POR NÃO SER FABRICADO PELO PROCESSO CONVENCIONAL DE COLAGEM ÁCIDA. O AGENTE DE COLAGEM É SINTÉTICO E PROCESSADO EM MEIO NEUTRO, NÃO LEVANDO EM SUA FABRICAÇÃO O SULFATO DE ALUMÍNIO, CUJO RESÍDUO LIBERA ÁCIDO SULFÚRICO QUE ATACAM AS FIBRAS DE CELULOSE DANIFICANDO O DOCUMENTO. MEDIDA: 21CM X 30CM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	FOLHA	30,0000	65,4600
111	PAPEL PARANA 80 CM X 100 CM	FLS	300,0000	9,7200
112	PAPEL SEDA 50 CM X70 CORES DIVERSAS PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	FLS	2.000,0000	0,5000
113	PAPEL VERGE A4 180 GRAMAS, CAIXA COM 50 FOLHAS, IDEAL P/ CONVITE, CARTÕES CURRÍCULOS E CERTIFICADOS. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	CAIXA	1.500,0000	18,8500
114	PASTA ABA ELÁSTICO, EM PLÁSTICO CORRUGADO, MAIS ESPESAS E MAIS RESISTENTE, COM ABAS DE ELÁSTICO E LOMBADA DE 55 MM, PARA USO ESCOLAR, CORPORATIVO E OUTRAS APLICAÇÕES, DIMENSÕES: 33,5CM X 24,5CM X 5,5 CM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNI	1.000,0000	17,5700
115	PASTA CATÁLOGO CAPA DURA C/50 ENVELOPES DE PLÁSTICO P/PAPEL A4 PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNIDADE	1.500,0000	25,4200
116	PERFURADOR DE PAPEL COM 2 FUROS, PERFURA ATÉ 20 FOLHAS DE 75 GR, É RESISTENTE, POSSUI BASE ANTIDESLIZANTE, TRAVA DE SEGURANÇA E MARGEADOR PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNI	200,0000	25,0200
117	PINCEL Nº 10, CHATO, CABO LONGO, COMPOSTO POR MADEIRA E MATERIAL SINTÉTICO, METAL E CERDAS COM PONTA DUPLA NATURAL DE PELO DE PORCO COM CAMADA DE GORDURA PROTETORA DE VARIAÇÕES CLIMÁTICAS, NÃO PERECÍVEL, CERTIFICADO DE SEGURANÇA DO INMETRO - ABNT NBR 15234-2005. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNI	300,0000	3,3000
118	PINCEL Nº 12, CHATO, CABO LONGO, COMPOSTO POR MADEIRA E MATERIAL SINTÉTICO, METAL E CERDAS COM PONTA DUPLA NATURAL DE PELO DE PORCO COM CAMADA DE GORDURA PROTETORA DE VARIAÇÕES CLIMÁTICAS, NÃO PERECÍVEL, CERTIFICADO DE SEGURANÇA DO INMETRO - ABNT NBR 15234-2005. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNI	300,0000	3,4600
119	PINCEL Nº 18, CHATO, CABO LONGO, COMPOSTO POR MADEIRA E MATERIAL SINTÉTICO, METAL E CERDAS COM PONTA DUPLA NATURAL DE PELO DE PORCO COM CAMADA DE GORDURA PROTETORA DE VARIAÇÕES CLIMÁTICAS, NÃO PERECÍVEL, CERTIFICADO DE SEGURANÇA DO INMETRO - ABNT NBR 15234-2005. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNI	500,0000	5,5900



120	PINCEL Nº 20, CHATO, CABO LONGO, COMPOSTO POR MADEIRA E MATERIAL SINTÉTICO, METAL E CERDAS COM PONTA DUPLA NATURAL DE PELO DE PORCO COM CAMADA DE GORDURA PROTETORA DE VARIAÇÕES CLIMÁTICAS, NÃO PERECÍVEL, CERTIFICADO DE SEGURANÇA DO INMETRO - ABNT NBR 15234-2005. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNI	500,0000	6,7200
121	PINCEL Nº 4, CHATO, CABO LONGO, COMPOSTO POR MADEIRA E MATERIAL SINTÉTICO, METAL E CERDAS COM PONTA DUPLA NATURAL DE PELO DE PORCO COM CAMADA DE GORDURA PROTETORA DE VARIAÇÕES CLIMÁTICAS, NÃO PERECÍVEL, CERTIFICADO DE SEGURANÇA DO INMETRO - ABNT NBR 15234-2005. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNI	500,0000	2,5700
122	PINCEL Nº 8, CHATO, CABO LONGO, COMPOSTO POR MADEIRA E MATERIAL SINTÉTICO, METAL E CERDAS COM PONTA DUPLA NATURAL DE PELO DE PORCO COM CAMADA DE GORDURA PROTETORA DE VARIAÇÕES CLIMÁTICAS, NÃO PERECÍVEL, CERTIFICADO DE SEGURANÇA DO INMETRO - ABNT NBR 15234-2005. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNI	300,0000	2,8400
123	PISTOLA PARA COLA QUENTE (PADRONIZADO) DIÂMETRO DE 11 MM, PONTA METÁLICA, MEDIDA APROXIMADA: 18 CM X 18 CM X 4 CM, COM BOTÃO LIGA DESLIGA. RESISTENTE, IDEAL PARA COLAGEM ARTESANAL DE MADEIRA, PAPELÃO, PLÁSTICO ENTRE OUTROS OBJETOS. COM SISTEMA DE AQUECIMENTO ELÉTRICO, 220 V. CERTIFICADO PELO INMETRO PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNIDADE	600,0000	82,1900
124	PLÁSTICO PARA PLASTIFICADORA, A4, 220MM X 307 MM, 125 MICRAS, TRANSPARENTE, RESISTENTE AO CALOR, CONTENDO 100 LÂMINAS. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	CAIXA	500,0000	119,9500
125	RÉGUA DE CRISTAL - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS - MEDINDO 310 MM X 35 MM X 3 MM, DE OS POLIESTIRENO CRISTAL, SEM REBASBAS, GRAVADA PELO PROCESSO DE TAMPOGRAFIA, TRANSPARENTE, COM DEMARCAÇÕES EM MILÍMETROS E CENTÍMETROS, DESTAQUES A CADA 5 MILÍMETROS E DEMARCAÇÕES A CADA CENTÍMETRO. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNIDADE	1.500,0000	3,2200
126	RÉGUA DE MADEIRA, 100 CM COMPRIMENTO X 4 CM LARGURA, EM MADEIRA COR NATURAL PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNI	100,0000	24,0100
127	RENDA FILO 2,1CM DE LARGURA, 100% POLIAMIDA,, MEDIDAS APROXIMADAS: COM 2,1CM DE LARGURA, 100% POLIAMIDA, CORES DIVERSAS, PEÇA COM 50 METROS PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	PEÇA	500,0000	26,3200
128	RENDA FILO, 3,7 CM DE LARGURA, 100% POLIAMIDA, MEDIDAS APROXIMADAS: COM 3,7 CM DE LARGURA, 100% POLIAMIDA, CORES DIVERSAS, PEÇA COM 50 METROS PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	PEÇA	800,0000	33,6600
129	TECIDO BLACKOUT, SINTÉTICO DUPLO, CORTA LUZ, NA COR CINZA ESPESSURA DE 0,20MM E LARGURA DE 1,38M. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	METROS	2.000,0000	29,5300



130	TECIDO CETIM COMUM, PEÇA COM 50 METROS, (PADRONIZADO) TECIDO CETIM COMUM, PEÇA COM 50 METROS, CORES VARIADAS CONFORME PEDIDO PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	PEÇA	150,0000	421,0000
131	TECIDO CHITA 100% ALGODÃO LARGURA MIN. 1,40 METROS PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	METRO	5.000,0000	14,2000
132	TECIDO COM ESTAMPA NATALINA, MEDIDAS MÍNIMAS 1,40 CM X 50 METROS PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	METRO	2.000,0000	27,4100
133	TECIDO GORGURINHO 35% ALGODÃO E 65% POLIÉSTER, CORES VARIADAS PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	METROS	1.000,0000	18,0300
134	TECIDO JUTA CRU E COLORIDO - CORES DIVERSAS TRAMA 9 LARGURA MIN. 1 METRO AMPLA DISPUTA	UNIDADE	2.250,0000	32,0000
135	TECIDO JUTA CRU E COLORIDO - CORES DIVERSAS TRAMA 9 LARGURA MIN. 1 METRO COTA RESERVADA – PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNIDADE	750,0000	32,0000
136	TECIDO MALHA, 100% ALGODÃO E 65% POLIÉSTER, FIO 30, CORES DIVERSAS, MÍNIMO 150 CM LARGURA. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	METROS	2.000,0000	31,8900
137	TECIDO OXFORD, CORES DIVERSAS, COM NO MÍNIMO 150 CM LARGURA X 100% POLIÉSTER. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	METROS	3.000,0000	15,9300
138	TECIDO PARA FRALDA PEÇA DE 50 METROS, 100% ALGODÃO, MEDINDO NO MÍNIMO: 1,30 LARGURA, 125 G/M ² PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	PEÇA	20,0000	926,0000
139	TECIDO TULE 100% POLIÉSTER CORES VARIADAS LARGURA 1,20 METROS PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	METRO	1.000,0000	10,2600
140	TESOURA DE UNHAS, COM FORMATO ANATÔMICO, LAMINAS EM AÇO INOXIDÁVEL ESPECIALMENTE DESENHADAS PARA PROPORCIONAR UM CORTE PRECISO, IDEAL PARA CORTAR UNHAS DAS MÃOS E DOS PÉS DE CRIANÇAS, MEDINDO NO MÁXIMO 16 C X 6 L CM DE DIMENSÃO; PESO APROXIMADAMENTE 50G, PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNI	500,0000	16,6700
141	TESOURA ESCOLAR - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: COM PONTA ARREDONDADA, COM MOLA, ADAPTADA, LÂMINA EM INOX, MEDINDO APROXIMADAMENTE 19 CM NO TOTAL, 8 CM LÂMINA. DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE DE ACORDO COM A PORTARIA DO INMETRO N 423/2021. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNI	1.000,0000	23,1900
142	TESOURA ESCOLAR - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS MEDINDO 130 MM X 57 MM X 6 MM, COM LÂMINA DE AÇO INOXIDÁVEL CABO EMBORRACHADO, CERTIFICADO PELO INMETRO PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNIDADE	4.000,0000	7,0400
143	TESOURA GRANDE PARA PICOTAR PAPEL, EVA, CORTIÇA, GARRAFA PET ETC..., MUITO RESISTENTE PARA SER UTILIZADA EM ESCOLAS EM TRABALHOS ARTESANAIS DIVERSOS, TAMANHO MÍNIMO 21 CM. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNIDADE	150,0000	67,1500



144	TESOURA GRANDE MULTIÚSO - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS: LÂMINA EM AÇO INOX E CABO EMBORRACHADO, ERGONÔMICO, FEITO EM POLIPROPILENO E REVESTIMENTO EM RESINA TERMOPLÁSTICA, COM LÂMINA AFIADA. PARA USO EM DIVERSOS MATERIAIS INCLUINDO, PAPEL, CARTOLINA, PAPEL CARTÃO, EVA, TECIDO ENTRE OUTROS, TAMANHO MÍNIMO 21 CM. DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE DE ACORDO COM A PORTARIA DO INMETRO N 423/2021. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNIDADE	500,0000	16,9200
145	TINTA GUACHE ESCOLAR, ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS: CONTER 06 CORES DE TEMPERA GUACHE, 15ML CADA, EM POTES PLÁSTICOS, COM TAMPA ROSCA PARA EVITAR RESSECAMENTO, NÃO TÓXICA, SOLÚVEL EM ÁGUA, CORES MISCÍVEIS ENTRE SI, PARA PINTURA A PINCEL EM PAPEL, PAPEL CARTÃO, CARTOLINA E E.V.A. EMBALAGEM COM CAIXA RESISTENTE PARA MANTER O PRODUTO ORGANIZADO E PROTEGIDO. COMPOSIÇÃO: RESINA, ÁGUA, PIGMENTOS, CARGA E CONSERVANTES, PRODUTO QUÍMICO NÃO CLASSIFICADO COMO PERIGOSO DE ACORDO COM A ABNT NBR 14725-2, DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE DE ACORDO COM A PORTARIA DO INMETRO N° 423/2021 COMPROVADO PELA FICHA TÉCNICA DO PRODUTO. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNIDADE	2.000,0000	6,5400
146	TINTA GUACHE ESCOLAR, POTE COM 250ML, ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS: CORES DIVERSAS, EM POTE PLÁSTICO, COM TAMPA ROSCA PARA EVITAR RESSECAMENTO, NÃO TÓXICA, SOLÚVEL EM ÁGUA, CORES MISCÍVEIS ENTRE SI, COMPOSIÇÃO: RESINA, ÁGUA, PIGMENTOS, CARGA E CONSERVANTES, PRODUTO QUÍMICO NÃO CLASSIFICADO COMO PERIGOSO DE ACORDO COM A ABNT NBR 14725-2, DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE DE ACORDO COM A PORTARIA DO INMETRO N 423/2021. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNIDADE	1.000,0000	8,4600
147	TINTA PARA MARCADOR DE QUADRO DE VIDRO, FRASCO DE 20 ML, ATÓXICO, COR AZUL. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	FRASCO	400,0000	10,1700
148	TINTA PARA MARCADOR DE QUADRO DE VIDRO, FRASCO DE 20 ML, ATÓXICO, COR PRETA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	FRASCO	600,0000	10,1700
149	TINTA PARA MARCADOR DE QUADRO DE VIDRO, FRASCO DE 20 ML, ATÓXICO, COR VERMELHA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	FRASCO	200,0000	10,1700
150	TINTA PARA PINTURA FACIAL, KIT COM 06 CORES, TEXTURA EXTRA MACIA, NÃO SENSIBILIZANTE, ATÓXICO E FÁCIL DE LIMPAR, COM 6 CORES CONTENDO CONTENDO 4 GR CADA. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DA ANVISA. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	KIT	300,0000	29,9600
151	TINTA PARA TECIDO DIVERSAS CORES POTE COM 37 ML TINTA PARA TECIDO DIVERSAS CORES POTE COM 37 ML PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UN	1.000,0000	5,5500



152	TINTA SPRAY COLORIDA,ESMALTE ACRILICO EM SPRAY DESENVOLVIDO PARA PINTURA DE SUPERFICIE DE PLASTICO EM GERAL, PVC, ACRILICOS, CERÂMICA, TELHA,MADEIRA, METAL,VIME E OUTROSTIPOS DESUPERFICIES LISAS.SUA ALTA TECNOLOGIA PROPORCIONA TOTAL E PERMANENTE ADERENCIA DISPENSANDO O USO DE PRIMER OU FUNDO ESPECIAL. PODE SER USADA EM SUPERFICIES EXTERNAS E INTERNA, EMBALAGEM 400 GRAMAS 400 ML PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNIDADE	1.000,0000	24,0900
153	TNT, ROLO COM 1,40 DE LARGURA, AMARELO, 50GR. BOBINA DE 50 METROS PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	BOBINA	30,0000	115,6200
154	TNT, ROLO COM 1,40 DE LARGURA, AZUL CLARO, 50GR, BOBINA DE 50 METROS PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	BOBINA	30,0000	115,6200
155	TNT, ROLO COM 1,40 DE LARGURA, AZUL ROYAL, 50GR, BOBINA DE 50 METROS PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	BOBINA	30,0000	115,6200
156	TNT, ROLO COM 1,40 DE LARGURA, LARANJA, 50GR, BOBINA DE 50 METROS PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	BOBINA	15,0000	115,6200
157	TNT, ROLO COM 1,40 DE LARGURA, LILÁS, 50GR, BOBINA DE 50 METROS PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	BOBINA	15,0000	115,6200
158	TNT, ROLO COM 1,40 DE LARGURA, MARROM, 50GR, BOBINA DE 50 METROS PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	BOBINA	15,0000	115,6200
159	TNT, ROLO COM 1,40 DE LARGURA, VERMELHO, 50GR, BOBINA DE 50 METROS PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	BOBINA	30,0000	115,6200
160	TNT, ROLO COM 1,40 M DE LARGURA, AZUL MARINHO, 50 GR ² , BOBINA DE 50 METROS PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	BOBINA	30,0000	115,6200
161	TNT, ROLO DE 1,40 DE LARGURA, ROSA, 50GR, BOBINA DE 50 METROS PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	BOBINA	15,0000	115,6200
162	TNT, ROLO DE 1,40 DE LARGURA, VERDE, 50GR, BOBINA DE 50 METROS PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	BOBINA	30,0000	115,6200
163	TOALHA DE BANHO PARA BEBÊ COM CAPUZ - MEDINDO NO MINIMO 90CM X 80CM, FORRADA EM TECIDO DE FRALDA SOFT 100% ALGODÃO EXTRA MACIO E ABSORVENTE, PARTE EXTERNA É DE TECIDO ATOALHADO LISO E ACABAMENTO DE VIÉS DE MALHA,CAPUZ BORDADO DIVERSOS. (CORES - AZUL, AMARELO , ROSA E BRANCA). PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	UNI	300,0000	52,7100

DAS AMOSTRAS:

Todos os itens serão obrigatórios amostras;

As empresas arrematantes deverão encaminhar amostras de cada item para análise, no prazo máximo de 7 (sete) dias corridos.

- as amostras deverão estar embaladas e identificadas com: número do pregão e data, número do item e nome da empresa;
- Junto com as amostras listadas abaixo, devem estar acompanhadas da ficha técnica, Certificado FSC do fabricante (quando for o caso) catálogo digital com link do site e INMETRO: Apagadores, Borrachas, Canetinha Hidrográfica, Lápis



de Cor, Cola Glitter, Cola instantânea, Cola colorida, Cola branca, Giz de cera, Massa de modelar, tinta guache (kit e pote), Tesouras, Pintura facial, Régua, Cola bastão, Lápis grafite e fita corretiva;

- Os demais itens apresentar comprovantes quando solicitado no termo de referência;
- após avaliação das amostras será emitida ata de aprovação;
- as amostras ficarão arquivadas para conferência dos itens a serem recebidos;
- a entrega dos itens aprovados deverá ser exatamente da mesma marca aprovada na amostra, sendo no ato da entrega conferido com a amostra arquivada.

O resultado final do certame, somente será finalizado, após análise das amostras, assim a não apresentação acarretará na desclassificação do objeto. As amostras ficarão disponíveis para retirada em até 15 (quinze) dias após a homologação do processo, caso não sejam retiradas serão encaminhadas para descarte ou aproveitamento pelos almoxarifados.

LOCAL DE ENTREGA: A entrega do objeto deverá ser realizada na Central de Educação – Rua Dr. Virgulino de Queiroz, 200 – Centro – Araranguá – SC (Anexo a Prefeitura Municipal).

PRAZO: Prazo máximo para entrega do objeto será de 7 (sete) dias corridos contados a partir do recebimento da Ordem de Compra.

Caso a contratada encontre alguma objeção para entregar algum item referente a quantidade, deverá entrar em contato com o departamento de licitações.

CONDIÇÕES DE ENTREGA: Entrega deverá ser realizada no local e prazo identificados acima, devidamente embalados. Não serão aceitos embalagens, amassadas, danificadas ou em desacordo com a proposta; Caso houver divergência no item na hora da entrega, será comunicado a empresa imediatamente; Também não serão aceitos itens avariados ou com defeitos, será comunicado imediatamente na hora do recebimento para a empresa responsável.

DO PAGAMENTO E DA NOTA FISCAL: Será encaminhado para pagamento, após o recebimento efetivo dos itens; A Nota Fiscal deverá ser emitida com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência. A NF deverá conter dados bancários e número da ordem de compra para encaminhar para pagamento; É de responsabilidade da empresa encaminhar NF para o e-mail: compras.sme@ararangua.sc.gov.br;

FISCAIS E GESTOR: A gestão da ata será realizada pela servidora Graciane Gonçalves Farias.

Mariluce Rodrigues da Silva Bilck
Secretária de Educação

Graciane Gonçalves Farias
Técnica – Secretaria de Educação



Maria Eduarda Leitão Espindola
Técnica – Secretaria de Educação



ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 21/05/2024 11:39 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR <https://c.atende.net/tp664c0215bbe54>.
POR VOLNEI RONIEL BIANCHIN DA SILVA



ANEXO II.1 – ESTUDO TECNICO PRELIMINAR

Arquivo em separado



ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 21/05/2024 11:39 -03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSSE <https://c.atende.net/tp664c0215bbe54>.
POR VOLNEI RONIEL BIANCHIN DA SILVA



ANEXO II – MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. XXXXXX/202x

Pregão Presencial Nº XXX/202x

Aos XXX e XXXXXXXX dias do XXXXXXXXXXXX de XXXXXXXXXXXX do ano de dois mil e vinte e XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX o XXXXXXXXXXXXX por meio da PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ, pessoa jurídica de direito público, situado na RUA DOUTOR VIRGULINO DE QUEIROZ, 200, Centro, CENTRO, cidade de Araranguá, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, abaixo assinado, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e Regulamento Específico, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. XX/202x, RESOLVE registrar os valores oferecidos para XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX., pelo período de XX/XX/202X a XX/XX/202X, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Eletrônico, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participante (S)	CPF/CNPJ

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, em um prazo que se estende XX/XX/202x a partir da assinatura do presente, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total

1.1. **CONSUMO MÉDIO:** O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (Por extenso).

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2. A presente Ata de Registro de terá prazo de vigência preços será 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, restaurando –se para o período de prorrogação, o quantitativo original, independentemente do que se tenha contratado pelo município no primeiro ano de vigência

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3. A presente Ata de Registro de Preços será usado pelo xxxxxxxxxxxx, que será o órgão gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no **Pregão Presencial Nº. XXX/20x**.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de **Pregão Eletrônico Nº. XXX/202x** e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA IV – DO PAGAMENTO

4. Em até 30 dias após o aceite definitivo da Nota Fiscal.

4.1. **Do Recurso Financeiro** - As despesas decorrentes do presente serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

Dotação Orçamentária					
ação	ção	idade	ção	mento	culo

CLÁUSULA V – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5. Os itens licitados deverão ser entregues dentro do mesmo período deverá estar apta a entregar o material assim que for assinado a ata de registro de preço, **independente das quantidade solicitada**.

5.1. Local de entrega: Conforme especificado em edital.

CLÁUSULA VI – DAS PENALIDADES

6. A recusa injustificada da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações.



6.1 Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, sofrer as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.1.1 Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2 Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3 Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores; Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2 A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.3 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1 Advertência;

6.4.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocada de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.4.3 Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.5 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.6 A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.7 As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.8 As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA VII – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

Reajuste



- 7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 7.2. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais e **orçamentos de mercado, ainda valor praticado no exercício anterior.**
- 7.3. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados após requerimento da contratada, mediante a aplicação, pelo contratante, do(s) índice(s) **IPCA, ou índice que melhor couber na data aniversário, conforme acordo entre as partes** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, e deve observar a seguinte fórmula:

$$R = P_0 [(IPCA_1 / IPCA_0) - 1]$$

Onde:

R = Valor do reajuste

P₀ = Preço base proposto

IPCA= Índice Nacional de Preços ao Consumidor-amplo, calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

IPCA₁ = Índice referente ao mês de aniversário da data de apresentação da proposta.

IPCA₀ = Índice referente ao mês da apresentação da proposta.

- 7.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

Repactuação

- 7.10. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do contratado.
- 7.11. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação.
- 7.11.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que apostilada.



7.12. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (§ 4º do artigo 135da Lei Federal n. 14.133/2021).

7.13. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (§ 5º do artigo 135 da Lei Federal n. 14.133/2021)

7.14. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.15. Na repactuação, o contratante não se vincularáàs disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade. (§§ 1º e 2º do artigo 135 da Lei Federal n. 14.133/2021)

7.16. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.16.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

Revisão

7.17. A revisão deve ser precedida de solicitação da Contratada, acompanhada de comprovação:

7.17.1. dos fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém com consequências incalculáveis;

7.17.2. da alteração de preços ou custos, por meio de notas fiscais, faturas, tabela de preços, orçamentos, notícias divulgadas pela imprensa e por publicações especializadas e outros documentos pertinentes, preferencialmente com referência à época da elaboração da proposta e do pedido de revisão; e

7.17.3. de demonstração analítica, por meio de planilha de custos e formação de preços, sobre os impactos da alteração de preços ou custos no total do Contrato.

7.17.4. A Matriz de Riscos define o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e é vinculante para pedidos de revisão.

7.17.5. A revisão que não for solicitada durante a vigência do Contrato considera-se preclusa com a prorrogação ou renovação contratual ou com o encerramento do Contrato.

7.17.6. Caso, a qualquer tempo, a Contratada seja favorecida com benefícios fiscais isenções e/ou reduções de natureza tributárias em virtude do cumprimento do Contrato, as vantagens auferidas serão transferidas à Contratante, reduzindo-se o preço.

7.17.7. Caso, por motivos não imputáveis à Contratada, sejam majorados os gravames e demais tributos ou se novos tributos forem exigidos da Contratada, cuja vigência ocorra após a data da apresentação da Proposta, a



Contratante ia absorverá os ônus adicionais, reembolsando a Contratada dos valores efetivamente pagos e comprovados, desde que não sejam de responsabilidade legal direta e exclusiva da Contratada.

7.18. Os pedidos de revisão serão decididos em decisão fundamentada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da formalização do requerimento.

7.18.1. A Contratante poderá realizar diligências junto à Contratada para que esta complemente ou esclareça alguma informação indispensável à apreciação dos pedidos. Nesta hipótese, o prazo estabelecido neste subitem ficará suspenso enquanto pendente a resposta pela Contratada.

7.19. Nas hipóteses desta cláusula, o próprio instrumento contratual deve ser firmado com os valores reajustados, repactuados ou revistos, devendo ser antecedido de parecer jurídico e de autorização do gestor do contrato, cumpridos os demais requisitos prescritos neste contrato e no artigo 68 do Regulamento de Licitações e Contratos do Município, tudo juntado aos autos do processo do contrato.

CLÁUSULA VIII – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.1 Pela Administração Municipal, quando

8.2 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.3 A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.4 A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.5 Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.6 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.7 Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

8.8 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.9 Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.10 A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA IX – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pelo(a) xxxxxxxxxxxxxx, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

9.1 A emissão dos pedidos, sua retificação ou cancelamento, autorizados pelo órgão requisitante total ou parcial, serão igualmente, quando da solicitação.



CLÁUSULA X – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10. Compete à Contratante:

10.1 Fazer o pedido nos prazos conforme estabelecido em edital.

10.2 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.3 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada durante execução do objeto.

10.4 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA XI – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11. Fornecer a pronta entrega e material de qualidade conforme discriminado, juntamente com a nota Fiscal, sem custo de frete.

11.2 Garantia mínima de conforme termo de referência.

CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial Nº. xxxx/202x, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.1. Fica eleito o foro de Araranguá (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº. 14.133/2021, e demais normas aplicáveis.

Araranguá (SC), xx de xxxxxxxxxxxx de 202x.

CONTRATANTE



CONTRATADA



ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 21/05/2024 11:39 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR <https://c.atende.net/tp664c0215bbe54>.
POR VOLNEI RONIEL BIANCHIN DA SILVA



ANEXO II.1 – MINUTA CONTRATO

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei Federal n. 14.133/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ

(Processo Administrativo nº.....)

TERMO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE [====] QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ E A EMPRESA

A Prefeitura Municipal de Araranguá, por intermédio da Secretaria de Administração, com sede na Rua Dr. Virgulino de Queiróz, 200, Centro, Araranguá – SC, CEP: 88900-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 82.911.249/0001-13, neste ato representada pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20...., publicada no Diário Oficial de de de, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominada CONTRATANTE, e, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), **conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos**, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei Federal n. 14.133/2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente **do Pregão Eletrônico n. .../...**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O presente contrato tem como objeto a aquisição de **XXXXXXXXXX**, conforme descrição especificações contidas no Edital e seus anexos.
- 1.2. O presente contrato decorre do processo n. /, realizado pelo Pregão Eletrônico n. /
- 1.3. Este contrato e os documentos que o originaram são considerados como um único termo e suas regras deverão ser interpretados de forma harmônica. Em caso de divergência insuperável entre as regras deste contrato e demais documentos da contratação, prevalecerão as regras deste contrato e, na sequência, a seguinte ordem: Termo de Referência e Proposta.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZOS



2.1. O prazo de execução do objeto desta contratação é dee o prazo de vigência é de, sempre contados a partir da data da respectiva ordem de fornecimento.

2.1.1. Os prazos previstos neste Contrato, de execução e vigência, poderão ser prorrogados, durante a vigência contratual, com base no artigo 66 do Regulamento de Licitações e Contratos do Município de Araranguá, estendendo-se o seu prazo de duração inicial e o valor contratado de forma proporcional.

2.1.2. O prazo de execução e o prazo de vigência devem ser prorrogados de ofício por decisão motivada e formal do gestor do contrato, mediante apostilamento, quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato e a não conclusão decorrer de culpa da CONTRATADA.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR DO CONTRATO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. Como contrapartida à execução do objeto do presente Contrato, o Município de Araranguá deve pagar à CONTRATADA o valor total de

3.1.1. O valor contratado inclui todos os impostos e taxas vigentes na Legislação Brasileira para a execução do objeto desta contratação e todos os custos diretos e indiretos inerentes, tais como os a seguir indicados, porém sem se limitar aos mesmos: despesas com pessoal (inclusive obrigações sociais, viagens e diárias), despesas administrativas, administração, lucro e outras despesas necessárias a boa realização do objeto desta contratação, isentando o Município de quaisquer ônus adicionais.

3.2. Os recursos orçamentários para cobrir as despesas decorrentes da execução do objeto deste contrato estão previstos no orçamento de investimento do Município, Fonte [=====], Centro financeiro [=====], item financeiro [=====].

4. CLÁUSULA QUINTA – EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.1. O Contrato deve ser cumprido fielmente pelas partes de acordo com as Cláusulas e condições avençadas, as normas ditadas pela Lei n. 143.133/2021 e pelo Regulamento de Licitações e Contratos do Município de Araranguá, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.1.1. A CONTRATADA deverá fornecer os bens e insumos especificados no objeto deste instrumento de Contrato, cumprindo todas as obrigações e responsabilidades a si indicadas no Termo de Referência, e, também, as seguintes:

- a) administrar este Contrato e executar os serviços, inclusive os complementares, nos prazos e condições fixados, de acordo com as regras comprovadas de boa técnica, utilizando para tal fim toda a experiência e know-how próprios, e empregando mão de obra qualificada e equipamentos, materiais e escritórios condizentes com a natureza, complexidade, exatidão e qualidade técnica requerida pelos serviços;
- b) cumprir todas as obrigações legais relativas a salários, alimentação, assistência social, segurança e medicina do trabalho e, em especial, as disposições da CLT e legislação correlata aplicável ao pessoal alocado na execução dos serviços;
- c) seguir rigorosamente as etapas de execução previstas no Cronograma Físico-Financeira.

4.1.2. O Município de Araranguá deverá acompanhar e assegurar as condições necessárias para a execução do objeto, bem como efetuar os pagamentos nos prazos estabelecidos, cumprindo rigorosamente todas as obrigações e responsabilidades a si indicadas no Termo de Referência.



4.2. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados direta ou indiretamente ao Município de Araranguá ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Município de Araranguá.

4.3. O gestor do contrato pode suspender a sua execução em casos excepcionais e motivados tecnicamente pelo agente de fiscalização nas hipóteses do artigo 73 do Regulamento.

4.4. Constatada qualquer irregularidade na contratação ou na execução contratual, o gestor do contrato deve, se possível, sanear-la, evitando-se a suspensão da execução do Contrato ou outra medida como decretação de nulidade ou rescisão contratual.

4.4.1. Na hipótese prevista neste subitem, a CONTRATADA deve submeter ao Município de Araranguá, por escrito, todas as medidas que lhe parecerem oportunas, com vistas a reduzir ou eliminar as dificuldades encontradas, bem como os custos envolvidos. O Município de Araranguá compromete-se a manifestar-se, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, quanto à sua aprovação, recusa ou às disposições por ela aceitas, com seus custos correlatos.

4.5. As partes contratantes não são responsáveis pela inexecução, execução tardia ou parcial de suas obrigações, quando a falta resultar, comprovadamente, de fato necessário, cujo efeito não era possível evitar ou impedir. Essa exoneração de responsabilidade deve produzir efeitos nos termos do parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

4.6. No caso de uma das partes se achar impossibilitada de cumprir alguma de suas obrigações, por motivo de caso fortuito ou força maior, deve informar expressa e formalmente esse fato à outra parte, no máximo até 10 (dez) dias consecutivos contados da data em que ela tenha tomado conhecimento do evento.

4.6.1. A comunicação de que trata este subitem deve conter a caracterização do evento e as justificativas do impedimento que alegar, fornecendo à outra parte, com a maior brevidade, todos os elementos comprobatórios e de informação, atestados periciais e certificados, bem como comunicando todos os elementos novos sobre a evolução dos fatos ou eventos verificados e invocados, particularmente sobre as medidas tomadas ou preconizadas para reduzir as consequências desses fatos ou eventos, e sobre as possibilidades de retomar, no todo ou em parte, o cumprimento de suas obrigações contratuais.

4.6.2. O prazo para execução das obrigações das partes, nos termos desta Cláusula, deve ser acrescido de tantos dias quanto durarem as consequências impeditivas da execução das respectivas obrigações da parte afetada pelo evento.

4.7. A não utilização pelas partes de quaisquer dos direitos assegurados neste Contrato, ou na Lei em geral, ou no Regulamento de Licitações e Contratos do Município de Araranguá, ou a não aplicação de quaisquer sanções, não invalida o restante do Contrato, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras.

4.8. Qualquer comunicação pertinente ao Contrato, a ser realizada entre as partes contratantes, inclusive para manifestar-se, oferecer defesa ou receber ciência de decisão sancionatória ou sobre rescisão contratual, deve ocorrer por escrito, preferencialmente nos seguintes e-mails:

E-mail do Município de Araranguá -

E-mail da CONTRATADA -



4.8.1. As partes são obrigadas a verificar os e-mails referidos neste subitem a cada 24 (vinte e quatro) horas e, se houver alteração de e-mail ou qualquer defeito técnico, devem comunicar à outra parte no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

4.8.2. Os prazos indicados nas comunicações iniciam em 2 (dois) dias úteis a contar da data de envio do e-mail, salvo se houver confirmação de leitura ou de recebimento anterior, hipótese em que os prazos se iniciam com a respectiva confirmação.

4.9. A execução do presente Contrato e das parcelas do presente Contrato estão condicionadas à expedição, por parte do Gestor de Contrato do Município de Araranguá, das respectivas ordens de execução de serviços e de fornecimento.

5. CLÁUSULA SEXTA – RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. O Município de Araranguá deve receber o objeto do presente Contrato:

- a) parcialmente: por ato do agente de fiscalização, em 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação da CONTRATADA para o Município de Araranguá, relativo às etapas mensais do objeto, conforme cronograma de execução indicado no subitem 1.2 do presente Contrato, representando aceitação da execução da etapa;
- b) definitivamente: por ato do gestor do contrato, em 30 (trinta) dias úteis, a contar da entrega dos bens constantes das ordens de fornecimento, relativo à integralidade da parcela ou do Contrato, representando aceitação do fornecimento e liberação da CONTRATADA tocante a vícios aparentes.

5.2. Acaso verifique o descumprimento de obrigações por parte da CONTRATADA, o agente de fiscalização técnica ou administrativo deve comunicar ao preposto desta, indicando, expressamente, o que deve ser corrigido e o prazo máximo para a correção. O tempo para a correção deve ser computado no prazo de execução de etapa, parcela ou do Contrato, para efeito de configuração da mora e suas cominações.

5.2.1. Realizada a correção pela CONTRATADA, abrem-se novamente os prazos para os recebimentos estabelecidos nesta Cláusula.

6. CLÁUSULA SÉTIMA – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO

6.1. O pagamento é condicionado ao recebimento definitivo e deve ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA ao gestor do contrato do Município de Araranguá, que deve conter o detalhamento do objeto executado, o número deste Contrato, a agência bancária e conta corrente na qual deve ser depositado o respectivo pagamento.

6.1.1. O prazo para pagamento é de, no máximo, 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento parcial ou definitivo, condicionado à apresentação à unidade de gestão de contrato do Município de Araranguá da Nota Fiscal/Fatura.

6.1.2. Caso haja interesse de ambas as partes, o prazo de pagamento, considerada a data do efetivo desembolso, poderá ser reduzido desde que seja concedido o desconto estabelecido pelo Departamento Financeiro, sendo que a taxa de deságio deverá ser no mínimo equivalente ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário), acrescida da taxa de juros de 12% (doze por cento) ao ano.



6.1.3. As faturas que apresentarem erros ou cuja documentação suporte esteja em desacordo com o contratualmente exigido devem ser devolvidas à CONTRATADA pela unidade de gestão de contrato do Município de Araranguá para a correção ou substituição. O Município de Araranguá, por meio da unidade de gestão de contrato, deve efetuar a devida comunicação à CONTRATADA dentro do prazo fixado para o pagamento. Depois de apresentada a Nota Fiscal/Fatura, com as devidas correções, o prazo previsto no subitem acima deve começar a correr novamente do seu início, sem que nenhuma atualização ou encargo possa ser imputada ao Município de Araranguá.

6.2. O Município de Araranguá pode reter ou glosar os pagamentos, sem prejuízo das sanções cabíveis, se a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada; ou
- c) não arcar com as obrigações trabalhistas e previdenciárias dos seus empregados, quando dedicados exclusivamente à execução do Contrato.

6.2.1. Havendo controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, à qualidade e à quantidade, o montante correspondente à parcela incontroversa deverá ser pago no prazo previsto no subitem acima e o relativo à parcela controvertida deve ser retido.

6.3. É vedado o pagamento antecipado.

6.4. É permitido ao Município de Araranguá descontar dos créditos da CONTRATADA qualquer valor relativo à multa, ressarcimentos e indenizações, sempre observado o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pelo Município de Araranguá, o valor devido deve ser acrescido de atualização financeira, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento, à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), acrescido dos encargos, calculados da seguinte forma:

$$EM = I \times VP \times N$$

Onde:

EM = Encargos moratórios devidos;

I = Índice de atualização financeira, calculado como: $(6 / 100 / 365) = 0,00016438$;

VP = Valor da parcela em atraso;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

7. CLÁUSULA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO

7.1. A CONTRATADA, desde que com a prévia e expressa autorização do gestor do contrato do Município de Araranguá, pode subcontratar parcela do objeto deste Contrato, desde que não se refira a parcela sobre a qual o Município de Araranguá exigiu atestado de capacidade técnica durante o processo licitatório. A subcontratação pode abranger aspectos acessórios e instrumentais de tais parcelas.

7.1.1. A subcontratação não exonera a CONTRATADA de todas as suas obrigações, atinentes à integralidade do Contrato.



7.1.2. O pagamento, se assim requerido formal e expressamente pela CONTRATADA, pode ser realizado diretamente pelo Município de Araranguá à subcontratada.

8. CLÁUSULA NONA – ALTERAÇÕES INCIDENTES SOBRE O OBJETO DO CONTRATO

8.1. A alteração incidente sobre o objeto do Contrato deve ser consensual e pode ser quantitativa, quando importa acréscimo ou diminuição do objeto do Contrato, ou qualitativa, quando a alteração diz respeito a características e especificações técnicas do objeto do Contrato.

8.1.1. A alteração quantitativa sujeita-se aos limites previstos no artigo 125 da Lei n. 14.133/2021, devendo observar o seguinte:

- a) a aplicação dos limites deve ser realizada separadamente para os acréscimos e para as supressões, sem que haja compensação entre eles;
- b) deve ser mantida a diferença, em percentual, entre o valor global do Contrato e o valor orçado pelo Município de Araranguá, salvo se o fiscal técnico do Contrato apontar justificativa técnica ou econômica, que deve ser ratificada pelo gestor do Contrato;

8.1.2. As alterações qualitativa e quantitativa consensual não se sujeitam aos limites previstos no 125 da Lei n. 14.133/2021, devendo observar o seguinte:

- a) as alterações devem ser justificadas pelo gestor do contrato com o apoio técnico da unidade demandante com base no princípio da proporcionalidade, demonstrando-se adequadas e necessárias para o melhor atendimento ao interesse público;
- b) a alteração será adequada desde que constitua meio hábil para a adequação ou correção do objeto do contrato, de modo a atender o interesse público;
- c) alteração será necessária desde que se demonstre que o atendimento ao interesse público não poderia ser provido de outro modo menos oneroso sob a perspectiva de custos diretos e indiretos para o MUNICÍPIO, gestão contratual e continuidade do serviço público, inclusive diante da hipótese de extinção contratual antecipada seguida de nova contratação.

8.2. As alterações incidentes sobre o objeto devem ser:

- a) instruídas com memória de cálculo e justificativas de competência do fiscal técnico e do fiscal administrativo do Município de Araranguá, que devem avaliar os seus pressupostos e condições e, quando for o caso, calcular os limites;
- b) as justificativas devem ser ratificadas pelo gestor do Contrato do Município de Araranguá; e
- c) submetidas à área jurídica e, quando for o caso, à área financeira do Município de Araranguá;

8.3. As alterações contratuais incidentes sobre o objeto e as decorrentes de revisão contratual devem ser formalizadas por termo aditivo firmado pela mesma autoridade que firmou o contrato, devendo o extrato do termo aditivo ser publicado no sítio eletrônico do Município de Araranguá.

8.4. As alterações contratuais incidentes sobre o objeto e as decorrentes de revisão contratual devem ser formalizadas por termo aditivo firmado pela mesma autoridade que firmou o

8.5. As alterações contratuais decorrentes de falhas em planejamento devem ser comunicadas ao controle interno, sem prejuízo das medidas prescritas no § 1º do artigo 124 da Lei n. 14.133/2021.

- a) a variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços;



- b) as atualizações, as compensações ou as penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no Contrato;
- c) a correção de erro material havido no instrumento de Contrato;
- d) as alterações na razão ou na denominação social da CONTRATADA;
- e) as alterações na legislação tributária que produza efeitos nos valores contratados.

9. CLÁUSULA DÉCIMA– EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

9.1. O equilíbrio econômico-financeiro do Contrato deve ocorrer por meio de:

- a) reajuste: instrumento para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato diante de variação de preços e custos que sejam normais e previsíveis, relacionadas com o fluxo normal da economia e com o processo inflacionário, devido ao completar 1 (um) ano a contar da data do orçamento a que se refere proposta; ou
- b) revisão: instrumento para manter o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato diante de variação de preços e custos decorrentes de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém com consequências incalculáveis, e desde que se impactantes sobre a equação econômico-financeira, sem a necessidade de periodicidade mínima.

9.2. O reajuste deve ser concedido pelo Município de Araranguá mediante requerimento da CONTRATADA e deve observar a seguinte fórmula:

$$R = P_0[(IPCA_1 / IPCA_0) - 1]$$

Onde:

R = Valor do reajuste

P₀ = Preço base proposto

IPCA= Índice Nacional de Preços ao Consumidor-amplo, calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

IPCA₁ = Índice referente ao mês de aniversário da data de apresentação da proposta.

IPCA₀ = Índice referente ao mês da apresentação da proposta.

9.3. A revisão deve ser precedida de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de comprovação:

- a) dos fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém com consequências incalculáveis;
- b) da alteração de preços ou custos, por meio de notas fiscais, faturas, tabela de preços, orçamentos, notícias divulgadas pela imprensa e por publicações especializadas e outros documentos pertinentes, preferencialmente com referência à época da elaboração da proposta e do pedido de revisão; e
- c) de demonstração analítica, por meio de planilha de custos e formação de preços, sobre os impactos da alteração de preços ou custos no total do Contrato.

9.3.1. A revisão que não for solicitada durante a vigência do Contrato considera-se preclusa com a prorrogação ou renovação contratual ou com o encerramento do Contrato.

9.3.2. Caso, a qualquer tempo, a CONTRATADA seja favorecida com benefícios fiscais isenções e/ou reduções de natureza tributárias em virtude do cumprimento do Contrato, as vantagens auferidas serão transferidas ao Município de Araranguá, reduzindo-se o preço.



9.3.3. Caso, por motivos não imputáveis à CONTRATADA, sejam majorados os gravames e demais tributos ou se novos tributos forem exigidos da CONTRATADA, cuja vigência ocorra após a data da apresentação da Proposta, o Município de Araranguá absorverá os ônus adicionais, reembolsando a CONTRATADA dos valores efetivamente pagos e comprovados, desde que não sejam de responsabilidade legal direta e exclusiva da CONTRATADA.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

10.1. O inadimplemento contratual de ambas as partes autoriza a rescisão, que deve ser formalizada por distrato e antecedida de comunicação à outra parte contratante sobre a intenção de rescisão, apontando-se as razões que lhe são determinantes, dando-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para eventual manifestação.

10.2. A rescisão deverá seguir o procedimento previsto no artigo 80 do Regulamento de Licitações e Contratos do Município de Araranguá.

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Com fulcro na Lei Federal n. 14.133/2021 e na Lei Municipal 4.056/2023, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 11.1.1. advertência;
- 11.1.2. multa;
- 11.1.3. impedimento de licitar e contratar e
- 11.1.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 11.2.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 11.2.2. as peculiaridades do caso concreto
- 11.2.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 11.2.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 11.2.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.3. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado ou, caso a não tenha sido firmado contrato, sobre o valor estimado da contratação, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

- 11.3.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 11.3.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.4. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de sua intimação.



11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Araranguá, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no §5º do artigo 156 da Lei Federal n. 14.133/2021.

11.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

11.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização pela Comissão Permanente de Ética e Disciplina nas Licitações e Contratos do município, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.10. Caberá no prazo de 10 (dez) dias úteis, representação contra os atos da Comissão Permanente de Ética e Disciplina nas Licitações e Contratos, a ser encaminhada ao Secretário de Administração, que a receberá sem efeito suspensivo e decidirá a seu respeito após ouvida a Procuradoria-Geral do Município.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação ao Chefe do Poder Executivo, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA POR ATOS LESIVOS AO MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ

12.1. Com fundamento no artigo 5º da Lei n. 12.846/2013, constituem atos lesivos ao Município de Araranguá as seguintes práticas:



- a) fraudar o presente Contrato;
- b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o Contrato;
- c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações deste Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da contratação ou neste instrumento contratual; ou
- d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato; e
- e) realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei n. 12.846/2013, Decreto n. 11.129/2022, Lei n. 14.133/2021, ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis, ainda que não relacionadas no presente Contrato.

12.2. A prática, pela CONTRATADA, de atos lesivos ao Município de Araranguá, a sujeitará, garantida a ampla defesa e o contraditório, às seguintes sanções administrativas:

- a) multa, no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimativa;
- b) publicação extraordinária da decisão condenatória.

12.2.1. Na hipótese da aplicação da multa prevista na alínea "a" deste subitem, caso não seja possível utilizar o critério do valor do faturamento bruto da pessoa jurídica, a multa será de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).

12.2.2. As sanções descritas neste subitem serão aplicadas fundamentadamente, isolada ou cumulativamente, de acordo com as peculiaridades do caso concreto e com a gravidade e natureza das infrações.

12.2.3. A publicação extraordinária será feita às expensas da empresa sancionada e será veiculada na forma de extrato de sentença nos seguintes meios:

- a) em jornal de grande circulação na área da prática da infração e de atuação do proponente ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional;
- b) em Edital afixado no estabelecimento ou no local de exercício da atividade do proponente, em localidade que permita a visibilidade pelo público, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias; e
- c) no sítio eletrônico do proponente, pelo prazo de 30 (trinta) dias e em destaque na página principal do referido sítio.

12.2.4. A aplicação das sanções previstas neste subitem não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado.

12.3. A prática de atos lesivos ao Município de Araranguá será apurada e apenada em Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), instaurado pelo Diretor Presidente do Município de Araranguá e conduzido por comissão composta por 2 (dois) servidores designados.

12.3.1. Na apuração do ato lesivo e na dosimetria da sanção eventualmente aplicada, ao Município de Araranguá deve levar em consideração os critérios estabelecidos no artigo 7º e seus incisos da Lei n. 12.846/2013.

12.3.2. Caso os atos lesivos apurados envolvam infrações administrativas à Lei n. 14.133/2021, ou a outras normas de licitações e contratos da administração pública, e tenha ocorrido a apuração conjunta, o proponente também estará sujeito a sanções administrativas que tenham como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a administração pública, a serem aplicadas no PAR.



12.3.3. A decisão administrativa proferida pela autoridade julgadora ao final do PAR será publicada no Diário Oficial a União.

12.3.4. O processamento do PAR não interferirá na instauração e seguimento de processo administrativo específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos ao Município de Araranguá resultantes de ato lesivo cometido pelo proponente, com ou sem a participação de agente público.

12.3.5. O PAR e o sancionamento administrativo obedecerão às regras e parâmetros dispostos em legislação específica, notadamente, na Lei n. 12.846/2013 e Decreto n. 11.129/2022, inclusive suas eventuais alterações, sem prejuízo ainda da aplicação do ato de que trata o artigo 67 do Decreto n. 11.129/2022.

12.4. A responsabilidade da pessoa jurídica na esfera administrativa não afasta ou prejudica a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.

12.5. As disposições deste subitem se aplicam quando o proponente se enquadrar na definição legal do parágrafo único do artigo 1º da Lei n. 12.846/2013.

12.6. Não obstante o disposto nesta Cláusula, a CONTRATADA está sujeita a quaisquer outras responsabilizações de natureza cível, administrativa e, ou criminal, previstas neste Contrato e, ou na legislação aplicável, no caso de quaisquer violações.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICIDADE E CONFIDENCIALIDADE

13.1. Quaisquer informações relativas ao presente Contrato, somente podem ser dadas ao conhecimento de terceiros, inclusive através dos meios de publicidade disponíveis, após autorização, por escrito, do Município de Araranguá. Para os efeitos desta Cláusula, deve ser formulada a solicitação, por escrito, ao Município de Araranguá, informando todos os pormenores da intenção da CONTRATADA, reservando-se, ao Município de Araranguá, o direito de aceitar ou não o pedido, no todo ou em parte.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

14.1. As partes comprometem-se a observar e cumprir com os preceitos previstos na Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).

14.2. Cada Parte é exclusivamente responsável pelo tratamento de dados que realizar no contexto deste Contrato, sendo que a responsabilidade entre as partes é limitada aos danos efetivamente sofridos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – POLÍTICA DE RELACIONAMENTO E ANTICORRUPÇÃO

15.1. A CONTRATADA assume o compromisso de deferência a práticas de integridade em todo o encadeamento contratual, com expressa observância aos princípios contidos no Regulamento de Licitações e Contratos disponível no site do Município de Araranguá, bem como no termo de compromisso que integra o presente Contrato.

15.2. O Município de Araranguá reserva-se no direito de realizar auditoria na CONTRATADA para verificar sua conformidade com as Leis, sendo a CONTRATADA responsável por manter em sua guarda todos os arquivos e registros evidenciando tal conformidade, assim como disponibilizá-los ao Município de Araranguá dentro de 5 (cinco) dias a contar de sua solicitação.



16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Araranguá para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme § 1º do artigo 92 da Lei Federal n. 14.133/2021.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produzam os efeitos legais, por si e seus sucessores.

Araranguá, [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-



ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

DECLARAÇÃO DE PARENTESCO	
(a ser preenchido pela licitante e apresentado no envelope de habilitação)	
IDENTIFICAÇÃO	
Nome:	CPF:
Nome da Empresa:	CNPJ:
Função do(a) declarante(a) na Empresa:	Telefone de contato:
DECLARAÇÃO	
<p>Declaro, sob as penas da lei, para fins de participação em licitação, que a pessoa física/jurídica supra identificada:</p> <p>() não possui sócio que seja cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até segundo grau, inclusive, do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários e cargos assemelhados ou de servidor da Administração Pública direta e indireta investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, em exercício na Administração Pública direta e indireta do Município de Araranguá/SC.</p> <p>() possui sócio que seja [] cônjuge ou companheiro(a) e/ou [] parente em linha reta ou colateral ou por afinidade, até o segundo grau, inclusive, do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários e cargos assemelhados ou de servidor da Administração Pública direta e indireta investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, em exercício na Administração Pública direta e indireta do Município de Araranguá/SC, a seguir indicado(a):</p>	
Nome:	
Cargo:	Órgão de Lotação:
Grau de Parentesco:	
Assinatura responsável (declarante)	



ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA LICITAR

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO

DECLARO, sob as penas da lei, para fins do PREGÃO PRESENCIAL N° __/__, que a empresa _____ não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei Federal no 8.666/93 e alterações posteriores, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.

